



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais  
Assessoria de Assuntos Parlamentares

OFÍCIO Nº 9673/2020/ASPAR/AEAI/MCTIC

Brasília, 23 de março de 2020.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador SÉRGIO PETECÃO**  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Brasília - DF

**Assunto: Requerimento de Informação nº 989/2019.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 88 (SF), de 20 de fevereiro de 2020, que trata do Requerimento de Informação nº 989, de 2019, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do Senado Federal, encaminho a informação requisitada pertinente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Espinosa, Estado de Minas Gerais.

Aludida informação tem escólio nas Notas Informativas nº 4133/2019-SEI-MCTIC (4867109), nº 810/2020/SEI-MCTIC (5223074) e nº 1027/2020/SEI - MCTIC (5301370), disponibilizadas pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, com o endosso e acréscimo de documento nos termos do despacho da Secretaria Executiva - SEXEC (5235823) e do despacho da Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASPAR (5305200), todas unidades deste Ministério.

Atenciosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 23/03/2020, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5238729** e o código CRC **5917F40A**.



---

**Referência:** Processo nº 01250.056622/2019-21

SEI nº 5238729



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.040135/2013-05

(Processo de Outorga nº 53710.001491/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES – AMES** sediada na localidade de **Espinosa/MG**, tem validade até 27/06/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 24 de Julho de 2013.

**VALKÍRIA FERREIRA MACHADO**  
Chefe de Divisão

LDE 4º

53710.001491/1998-10



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO  
DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,  
Dr. Paulo Bernardo Silva

A "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES", CNPJ: 01769949/0001-13, com sede na Rua Ursulino Sales, 101 – Bairro: Jardim Oriente CEP: 39510-000 – Espinosa – MG, estado de Minas Gerais, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada, conforme Portaria nº 291 datada de 16/05/2001 DOU de 31/05/2001 e Decreto Legislativo nº 288 de 26/06/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 27/06/2003, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Espinosa/MG, 20 de Maio de 2013

Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
Presidente  
CPF: 673.670.706-49

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 040135/2013-05

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

04/07/2013-15:44



**LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Rádio Comunitária**

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O D A S M U L H E R E S E S P I N O S E N S

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

E S - A M E S

CNPJ

0 1 7 6 9 9 4 9 0 0 0 1 1 3

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R A D I O S T U D I O F M 1 0 4 , 9

Portaria de Autorização MC nº 291 DE 16/05/2001, Publicada no DOU de 31/05/2001.

Decreto Legislativo nº 288 de 26/06/2003. Publicado no DOU de 27/06/2003.

**1 – LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE**

LOGRADOURO

R U A U R S U L I N O S A L E S 1 0 1

BAIRRO

J A R D I M O R I E N T E

CIDADE

E S P I N O S A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

M G

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

1 4° 5 3' 5 4" S 4 2° 4 7' 3 2" W

A sede da entidade encontra-se a menos de 1,0 Km do Sistema Irradiante: Não ( ) Sim (X)

**2 – LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE**

LOGRADOURO

R U A U R S U L I N O S A L E S 1 0 1

BAIRRO

J A R D I M O R I E N T E

CIDADE

E S P I N O S A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

M G

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

1 4° 5 3' 5 4" S 4 2° 4 7' 3 2" W

-São as mesmas coordenadas que constam na ultima licença expedida: Não ( ) Sim (x)

-É o mesmo endereço que consta na ultima licença expedida: Não ( ) Sim (X)

**3 – LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como é feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "outras informações de interesse")**

LOGRADOURO

R U A U R S U L I N O S A L E S 1 0 1

BAIRRO

J A R D I M O R I E N T E

CIDADE

E S P I N O S A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

M G

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

1 4° 5 3' 5 4" S 4 2° 4 7' 3 2" W

**4 – TRANSMISSOR PRINCIPAL**

FABRICANTE

T E C L A R E Q U I P A M E N T O S E L E T R O N I C O S L T

MODELO

T E C - 1 1 3

POTÊNCIA DE FÁBRICA

0 2 5 , 0 Watt

HOMOLOGAÇÃO

0 3 8 4 0 0 X X X 0 3 4 5

POTENCIA DE OPERAÇÃO

2 5 , 0 0 Watts

POTENCIA MEDIDA

2 5 , 0 0 Watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

1 0 4 , 9 MHz

FREQUENCIA MEDIDA

1 0 4 , 9 MHz

# 5- TRANSMISSOR AUXILIAR (Se houver)

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA DE FÁBRICA

HOMOLOGAÇÃO

Watts

POTENCIA DE OPERAÇÃO

Watts

POTENCIA MEDIDA

Watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

MHz

FREQUENCIA MEDIDA

MHz

-Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na ultima licença expedida? Não ( ) Sim (X)

## 6 – SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

MODELO

GANHO max (Gt)

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

ALTURA DA TORRE

ALTITUDE DO LOCAL

dBd

m

m

m

## 7 – LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO

COMPRIMENTO(L)

ATENUAÇÃO EM dB/100 m (AL)

PERDAS NA LINHA (PL)

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

m

dB

dB

Perdas na linha (PL) =  $\frac{L \cdot AL}{100}$

Eficiência da linha (EF) =  $10^{\frac{-(PL)}{10}}$

## 8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

Nome completo da entidade: ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES

Espinosa - MG

## 9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

Wattímetro LINEAR modelo WL-2300 com sensor 50B  
GPS GARMIN modelo ETREX  
Analisador de Espectro AVCOM – Modelo PSA 65 A  
Frequencímetro MINIPA até 1 GHz, modelo MF-7130  
Gerador Seletivo Siemens Mod. C 2008  
Medidor de Modulação Marconi TP 2300 B  
Medidor de distorção ITT – Modelo ITT CAN  
Vôltemetro Seletivo HP 5591 A

Em anexo ART CREA – MG quitada.



**Laudo de Ensaio (Elaborado conforme a norma 03/98) (Dados da Norma 01-2011 RADCOM)**

**1- Interessado**

a- Associação das Mulheres Espinosenses - AMES.

CNPJ: 01769949/0001-13

b- Endereço Completo: Rua Ursulino Sales, 101 – Bairro: Jardim Oriente

39510-000 – Espinosa – MG

**2 - Ensaio**

a- Motivo: Para renovação da outorga.

b- Endereço completo onde foi realizado: Rua Ursulino Sales, 101 – Bairro: Jardim Oriente

39510-000 – Espinosa – MG

c- Data em que foi realizado: 17 de junho de 2013

**3 - Fabricante: TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA –**

b- Endereço: Santa Rita do Sapucaí – MG.

**4- Função do Transmissor: Principal ( X ) Reserva ( )**

**5 - Medições:**

**6 - Frequência: Nominal: 104,9 Mhz. Medida em ambiente normal: 104,9 Mhz**

**Variação máxima em 60 minutos: 132,0 Hz, em ambiente normal.**

**Instrumentos Utilizados: Frequencímetro Linear - Mod.: SL-0600 , no de Série AZ-15, Precisão de 99,5%. Termômetro Industrial Eletrônico Robinair, precisão de 98%.**

**7- Resposta de audiofrequência (Valores em dB)**

7- Resposta de audição (valores em dB)									
Frequência	25%			50%			100%		
	E	D	Mono	E	D	Mono	E	D	Mono
50	-2,8	-2,8	-2,9	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,1
100	-2,4	-2,4	-2,4	-2,7	-2,7	-2,8	-2,7	-2,7	-2,7
400	-2,3	-2,2	-2,5	-2,2	-2,3	-2,4	-2,4	-2,3	-2,4
1000	-1,3	-1,3	-1,4	-1,2	-1,3	-1,4	-1,2	-1,2	-1,2
5000	+6,1	+6,1	+6,3	+6,5	+6,6	+6,6	+6,6	+6,6	+6,6
7500	+10,3	+10,3	+10,4	+10,0	+10,0	+10,1	+10,0	+10,1	+10,2
10000	+12,4	+12,4	+12,3	+12,5	+12,5	+12,5	+12,4	+12,2	+12,4
15000	+14,6	+14,6	+14,3	+14,5	+14,3	+14,4	+14,4	+14,5	+14,5

Pré ênfase de 75 µS

Valores x -1

**8 - Distorção Harmônica (Valores em %)**

6 - Distorção Harmônica (valores em %)									
Frequência	25%			50%			100%		
	E	D	Mono	E	D	Mono	E	D	Mono
50	0,9	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,9
100	0,6	0,6	0,8	0,8	0,8	0,7	0,9	0,9	1,0
400	0,6	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	1,0	1,0
1000	0,5	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0
5000	0,5	0,6	0,6	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	1,0
7500	0,6	0,6	0,6	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0
10000	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	1,0	1,0
15000	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	1,0	1,0	1,0

**Instrumentos utilizados:**

Gerador Seletivo Siemens Mod. C 2008 N: 511546272 - Precisão 99,8%

Medidor de Modulação Marconi TP 2300 B - Precisão 99%- N: IME 349872

Medidor de distorção ITT -Mod. ITT CAN - Precisão 99,8%

Osciloscópio TRIO - Mod. CO 1303 - Precisão 99% -N: 11100085

Voltímetro Seletivo HP 5591 A - Precisão 99,8% - Monitor de Modulação Apel - FM

**Sonda de Rádio Frequência**

Analizador de Espectro AVCOM - 0 a 1 Ghz - Mod. PSA 65 A- Prec. 99%.

9 - Nível de ruído da portadora (FM) em relação a 100% de modulação com 400 Hz: = MONO -66 dB Estéreo D = -65 dB E = -66 dB

10 - Nível de ruído da Portadora AM em relação a 100% de Modulação em Amplitude com 1000 Hz. -54 dB

10 - Nível de ruído da Portadora AM em relação a 100% de Modulação em Amplitude com 1000 Hz. -55 dB

11 - Emissões afastadas de: 120 a 240 KHz = abaixo de 43 dB

Emissões afastadas de: 240 a 600 KHz = abaixo de 57 dB

Atenuação de harmônicos e espúrios maior que 600 KHz = Todos abaixo de 74 dB.

12 - Potência de Saída: 25, Watts RF

13= Informação para estereofonia:

14- Gerador de estéreo: a) Fabricante: TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA b) Modelo: TEC-103

15 = Medições:

16 - Frequência da subportadora piloto: a) Medida: 19 Khz b) Variação máxima em 60 minutos, em ambiente normal: 0 Hz.

17- Limite das variações de porcentagens de modulação da Portadora Principal pela subportadora piloto: 8%.

18 - Separação estereofônica (Quadro abaixo)

19 - Diafonia para audiofrequencias (Quadro abaixo)

Frequência	Diafonia			
	Separação de canal		E + D Sobre E-D	E - D sobre E + D
	E	D	E	D
50	-45	-45	-45	-46
100	-45	-45	-44	-45
400	-45	-45	-44	-44
1000	-45	-45	-44	-44
5000	-44	-45	-44	-44
7500	-45	-45	-44	-44
10000	-45	-45	-45	-45
15000	-46	-46	-46	-46

Valores estão em dB

*[Handwritten signature]*



20- OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR.

21 - Placa de identificação

Fabricante: Fabricante: TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

Modelo: TEC 113

Data de fabricação: Não descrito

Número de Série: 03-A001001-39

Potência Nominal: 25 Watts

Frequência Nominal: 104,9 Mhz.

Homologação: 038400XXX0345

22 - Medidores do estágio final de RF:

Corrente Contínua: 1,6 A

Tensão Contínua: 25,8 Volts

Potência de Saída: 25,1 Watts

Incidente: 25,1 Watts RF

Refletida: 0,6 Watt

23 - Equipamento pré sintonizado e lacrado para potencia máxima de 25 Watts: Sim(X) Não ( )

24- Possui dispositivos externos para ajustes de Frequência e potencia no transmissor: Sim ( ) Não(X)

25- Possui tomadas de amostras de RF, para: Modulação (X) Frequência (X)

26 - Existência de Dispositivos de segurança pessoal:


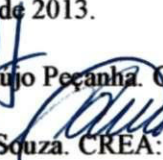
Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas ao aterramento: Sim (X) Não: ( )

Observações: Não há tensões maiores que 110 V

Transmissor homologado para serviço RADCOM

27 - Declarações

27.1 - Declaração dos profissionais responsáveis pelo laudo:

Declaramos serem verdadeiras todas as informações deste laudo, obtidas mediante ensaio por nós realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 4 folhas, todas numeradas e rubricadas com as rubricas  e  das quais fazemos uso.

Data: 17 de junho de 2013.

Carlos Alberto Araújo Peçanha. CREA: 027364 - 4ª R

Adilson Soares de Souza. CREA: DF 9631/TD -12ª R

27.2 - Parecer Conclusivo:

"Para os fins previstos na Norma Técnica para Emissora de Radiodifusão Sonora NORMA MC 1-2011 (RADCOM), DECLARAMOS que o transmissor de Frequência Modulada, a que se refere este laudo de ensaio na data em que foi realizado, atendia a todas as normas vigentes e a ele aplicáveis.

Local: Espinosa - MG.

Data: 17 de junho de 2013

Carlos Alberto Araújo Peçanha. CREA: 27364 - 4ª R

Adilson Soares de Souza. CREA: DF 9631- 12ª R



27.3 - Declaração do Interessado

Na qualidade de representante legal da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES" DECLARO que os Srs. Carlos Alberto Araújo Peçanha e Adilson Soares de Souza, estiveram no endereço abaixo no dia 17-06-13, ensaiando o transmissor de Frequência Modulada.

Fabricado por: TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.

Modelo: TEC-113

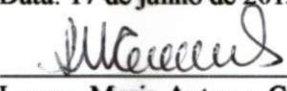
Série: 03-A001001-39

Potência nominal: 25 Watts.

Local do ensaio: Rua Ursulino Sales, 101 – Bairro: Jardim Oriente

Localidade: Espinosa - MG.

Data: 17 de junho de 2013.

  
Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
Presidente  
CPF: 673.670.706-49

ART CREA QUITADA: 14201300000001201195

  
Carlos Alberto Araújo Peçanha  
CREA: 27364-4ª R

  
Adilson Soares de Souza  
CREA: DF 9631- 12ª R

Email: [apolitecnica@uol.com.br](mailto:apolitecnica@uol.com.br)  
Rua Onze, 47 – Bairro José Correa Machado  
Fone: (38- 3215-2294)  
39.403-136 Montes Claros - MG



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-MG**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

**ART de Obra ou Serviço**  
**14201300000001201195**

**1. Responsável Técnico**

**CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA**

Título profissional:

**ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA;**

RNP: 1403724865

Registro: 04.0.0000027364

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES**

CNPJ: 01.769.949/0001-13

Logradouro: **RUA URSULINO SALES**

Nº: 000101

Cidade: **ESPINOSA**

Bairro: **JARDIM ORIENTE**

UF: **MG**

CEP: 39510000

Contrato:

Celebrado em: **08/05/2013**

Valor: **500,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação institucional: **CONVÊNIO DO CREA**

**3. Dados da Obra/Serviço**

Logradouro: **RUA URSULINO SALES**

Nº: 000101

Cidade: **ESPINOSA**

Bairro: **JARDIM ORIENTE**

UF: **MG**

CEP: 39510000

Data de início: **16/06/2013** Previsão de término: **31/01/2014**

Finalidade: **OUTRO**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES**

CNPJ: 01.769.949/0001-13

**4. Atividade Técnica**

**1 - EXECUÇÃO**

Quantidade:

Unidade:

**LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO**

**25.00**

**W**

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

**LAUDO DE TRANSMISSOR PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA.....**

**6. Declarações**

**7. Entidade de Classe**

**SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE**

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

*Carlos Alberto Araujo Pecanha* de *14* de *Julho* de *2013*

**CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA**

RNP: 1403724865

*Associação das Mulheres Espinosenses*

**ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES**

CNPJ: 01.769.949/0001-13

**9. Informações**

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.  
 - A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)  
 - A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$1.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: ELETRONICO,

Valor da ART: 45,00

Registrada em: 17/06/2013

Valor Pago: 45,00

Nosso Número: 000000001154761

[www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) | 0800.0312732



**CREA-MG**  
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

## Declaração

A "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES", por seu representante legal abaixo relacionado, e em atendimento as normas vigentes, declara que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço de Radiodifusão, inclusive Comunitária, nem de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura. E que nenhum dos membros da entidade, não participam de sociedade ou empresa que explora serviço de radiodifusão sonora de qualquer modalidade; nem estação comunitária; nem empresas de distribuição de canais de televisão mediante assinatura e nem dirigem qualquer modalidade de serviço de radiodifusão no território nacional conforme o disposto no subitem 6.7, inciso VIII da norma complementar nº 02/98.

Espinosa/MG, 20 de Maio de 2013



Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda

Presidente

CPF: 673.670.706-49

Anexo:

Relação contendo o nome de todos os associados; pessoas físicas; com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados; pessoas jurídicas com o número de CNPJ e endereço da sede

“Associação das Mulheres Espinosenses – AMES”

**Nome:** Verônica Maria Rodrigues Barbosa

**CPF:** 769.818.196-00

**Endereço:** Rua Veríssimo Cruz, 247- Bairro: São Cristovão

**Nome:** Leanna Maria Antunes Caldeira

**CPF:** 673.670.706-49

**Endereço:** Rua Vereador Azemar Sepúlveda, 300 – Bairro: Santa Tereza

**Nome:** Maria Nilza Rodrigues Balieiro

**CPF:** 769.820.506-10

**Endereço:** Rua: José Ramos Sobrinho, 169 – Bairro: Cidade Nova

**Nome:** Maria Lucia da Silva

**CPF:** 618.788.716-68

**Endereço:** Rua: Dom Pedro I, 73 –Bairro: Cidade Nova

**Nome:** Mirian Margarida de Oliveira Balieiro Gomes

**CPF:** 520.272.446-20

**Endereço:** Rua: Dom João VI, 521 – Bairro: São Cristóvão

**Nome:** Eliana Rodrigues Balieiro Gangussu

**CPF:** 033.239.556-17

**Endereço:** Rua: São Vicente de Paula, 141 – Bairro: São Cristóvão

**Nome:** Wilma Oliveira Barbosa Lima

**CPF:** 270.553.456-34

**Endereço:** Rua: Percilina Tolentino, 461 –São Cristóvão

**Nome:** Vera de Fátima Oliva Alves

**CPF:** 266.141.466-53

**Endereço:** Rua: Eliza Caldeira Campos, 96- Centro



27.3 - Declaração do Interessado

Na qualidade de representante legal da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES" DECLARO que os Srs. Carlos Alberto Araújo Peçanha e Adilson Soares de Souza, estiveram no endereço abaixo no dia 20-05-13, ensaiando o transmissor de Frequência Modulada.

Fabricado por: TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.

Modelo: TEC-113

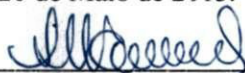
Série: 03-a001001-39

Potência nominal: 25 Watts.

Local do ensaio: Rua Ursulino Sales, 101 – Bairro: Jardim Oriente

Localidade: Espinosa - MG.

Data: 20 de Maio de 2013.



Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda

Presidente

CPF: 673.670.706-49

.....  
ART CREA QUITADA

Carlos Alberto Araújo Peçanha

CREA: 27364 4ª R

Adilson Soares de Souza

CREA: DF 9631/TD 12ª R

Email: [apolitecnica@uol.com.br](mailto:apolitecnica@uol.com.br)

Rua Onze, 47 – Bairro José Correa Machado

Fones: (38- 3215-2294)

39.403-136 Montes Claros - MG



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**

**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais**

**CREA-MG**

**ART de Obra ou Serviço**  
**14201300000001201195**

Via do Contratante

Página 1/1

**1. Responsável Técnico**

**CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA**

Título profissional:

**ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA;**

RNP: 1403724865

Registro: 04.0.0000027364

**2. Dados do Contrato**

Contratante: **ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES**

CNPJ: 01.769.949/0001-13

Logradouro: **RUA URSULINO SALES**

Nº: 000101

Cidade: **ESPINOSA**

Bairro: **JARDIM ORIENTE**

UF: **MG**

CEP: 39510000

Contrato:

Celebrado em: **08/05/2013**

Valor: **500,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação institucional: **CONVÊNIO DO CREA**

**3. Dados da Obra/Serviço**

Logradouro: **RUA URSULINO SALES**

Nº: 000101

Cidade: **ESPINOSA**

Bairro: **JARDIM ORIENTE**

UF: **MG**

CEP: 39510000

Data de início: **16/06/2013** Previsão de término: **31/01/2014**

Finalidade: **OUTRO**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES**

CNPJ: 01.769.949/0001-13

**4. Atividade Técnica**

**1 - EXECUÇÃO**

Quantidade: Unidade:

**LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIODIFUSÃO**

**25.00**

**W**

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

**5. Observações**

**LAUDO DE TRANSMISSOR PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA.....**

**6. Declarações**

**7. Entidade de Classe**

**SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE**

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

*Carlos Alberto Araujo Pecanha* de *14* de *Julho* de *2013*

**CARLOS ALBERTO ARAUJO PECANHA**

RNP: 1403724865

**ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSA** CNPJ: 01.769.949/0001-13

**9. Informações**

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.  
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)  
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$1.000,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: ELETRONICO,

Valor da ART: 45,00

Registrada em: 17/06/2013

Valor Pago: 45,00

Nosso Número: 000000001154761

[www.crea-mg.org.br](http://www.crea-mg.org.br) | 0800.0312732



**CREA-MG**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-6.793.674 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/08/90

NOME  
VERONICA MARIA RODRIGUES BARBOSA

FILIAÇÃO  
MANOEL DE FREITAS BARBOSA  
IRACI RODRIGUES BARBOSA

NATURALIDADE ESPINOSA-MG DATA DE NASCIMENTO 25/02/70

DOC ORIGEM NAS.LV-25 FL-225 ESPINOSA-MG

CPF

RELO HORIZONTE, MG

ASSINATURA DO DIRETOR PII-416

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Comunicação PII 416

15

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
VERONICA MARIA RODRIGUES BARBOSA

DATA DE NASCIMENTO 25/02/70 Nº de inscrição 379848502/72 ZONA 109 SEÇÃO 0003

MUNICÍPIO / UF ESPINOSA DATA DE EMISSÃO 07/07/88

JUIZ ELEITORAL

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição 769.818.196-00

Nome  
VERONICA MARIA RODRIGUES BARBOSA

Nascimento 25/02/1970

Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Emissão Fevereiro 2003

CORREIOS

www.correios.com.br

PC do B - dirigente NAB





CARTEIRA DE IDENTIDADE		UNIVERSIDADE NORTE DO PARANA	
DIPLOMADO EM 20/08/2010	PELA	RG MG-10.499.532	TÍTULO ELEITORAL 11817750272
CPF 03323955617	Vale como documento de identidade e tem fé pública (art. 17 da Lei nº 8.662/93 e Lei nº 6.206/75).		
			
		ASSINATURA DO PROFISSIONAL	
VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL			

CARTEIRA DE IDENTIDADE			
 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL</b> <b>CRESS 6ª REGIÃO-ESTADO MG</b>			
VIA 1ª	REGISTRO Nº 13524	DATA DA INSCRIÇÃO 4/10/2010	
NOME <b>ELIANA RODRIGUES BALIEIRO CANGUSSU</b>			
FILIAÇÃO <b>JOSE ANTUNES BALIEIRO / BRASILINA RODRIGUES BALIEIRO</b>			
NACIONALIDADE <b>BRASILEIRA</b>		NATURAL DE <b>ESPINOSA/ MG</b>	
NASCIDO(A) 26/9/1975	TIPO SANGÜÍNEO O+	RH POSITIVO	
TÍTULO PROFISSIONAL <b>ASSISTENTE SOCIAL</b>			
DATA DA EXPEDIÇÃO 14/01/2011		PRESIDENTE DO CRESS <i>[Signature]</i>	
VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL			

*Eliana*



ver e/ homologar ou gda

Ministério das Comunicações - SCS  
Fls. 18  
Rubrica

1329

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

PRESIDENTE DO TRE

MUNICÍPIO/UF

DATA DE NASCIMENTO

Nº INSCRIÇÃO

NOME DO ELEITOR

TÍTULO ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ARTIGOS DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

FOTO DO TITULAR

COLEGAR DIRETO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

JUSTIÇA ELEITORAL

INSCRIÇÃO: 0 0247 8036 0272

1º TURNO - 01/10/2000

DT.NASC: 09/06/64 ZONA: 0109 SECAO: 0022

MIRIAN MARGARIDA DE OLIVEIRA

Barcode

**BANCO DO BRASIL** pasep

Comprovante de Inscrição - CI

Data do cadastramento: 25.01.1999

Nº de inscrição no PASEP: 1.375.777.425-2

Nome do participante: MIRIAN MARGARIDA OLIVEIRA BALIEIRO GOMES

Data do nascimento: 09.06.1964

Sexo: 2 (1 - Mas, 2 - Fem.)

CPF: 520272445-20

Nome da mãe: MARIA DAS DORES SA

MATR. 12611205730090

Válido somente com a apresentação do documento de identificação.

SECRETARIA DA REGISTRAÇÃO E TITULOS

MIRIAN MARGARIDA DE OLIVEIRA

09-06-64

520 272 445 20

INSCRIÇÃO NO CI



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FISICAIS

VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*M. Oliveira*

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO

GERAL

MG-2.776.103

DATA DE

EXPEDICAO

26/01/2000

NOME

MIRIAN MARGARIDA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO

JOSE VIRIATO DE OLIVEIRA

MARIA DAS DORES DE SA

NATURALIDADE

GUATIANASES-MG

DATA DE NASCIMENTO

9/6/1964

DOC. ORIGEM

CAS. LV-25 FL-150

ESPINOSA-MG

CPF

520272446-20

PII-1898

*João Roberto L. Cunha*  
ACORD. DE REGISTRO EM CARTA

1 VIA

LEI 7116 DE 29/09/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL





MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

ART. 15, I, da Lei nº 5.209/66  
ART. 15, I, da Lei nº 5.209/66



2181

Portador Direito



*Maria Margarida de Oliveira*  
ASSINATURA DO PORTADOR



BANCO DO BRASIL

Comprovante de Inscrição - CI

Data de nascimento	25.11.1937	Nº de inscrição	1.375.777.425 2
Nome completo			
MIRIAN MARGARIDA DE OLIVEIRA SALGADO			
Nº de inscrição			
27.25.1954 2 000070446 20			
Nome completo			
MARIA DAS DORES SA			
MATR. 120112005730330			

Válido somente com a apresentação do documento de identificação.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

1009/86

NÃO DOAR DE ORÇAS

INSCRIÇÃO

*M. B. Gomes*

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

INSCRIÇÃO NO CPI

09-06-64 520 272 446 20

MIRIAN MARGARIDA DE OLIVEIRA

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

MIRIAN MARGARIDA DE OLIVEIRA

DATA DE NASCIMENTO

09/06/64

Nº DE INSCRIÇÃO

520 272 446 20

ZONA

109

SEÇÃO

0022

MUNICÍPIO/UF

ESPINOSA

DATA DE EMISSÃO

16/09/86

PRESIDENTE DO RE

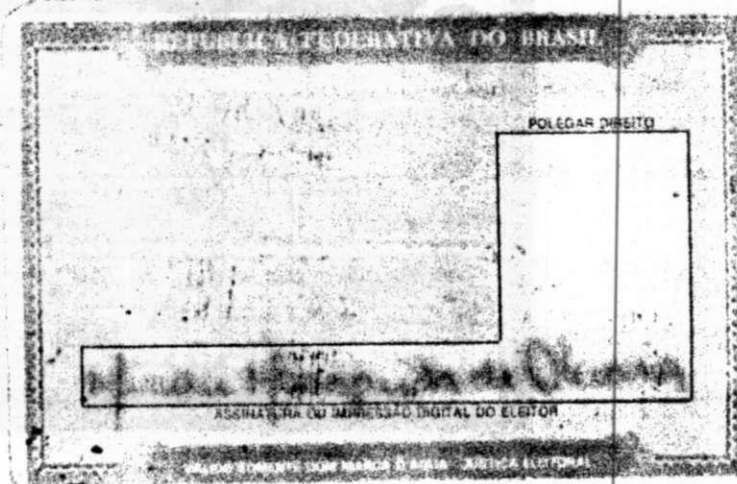
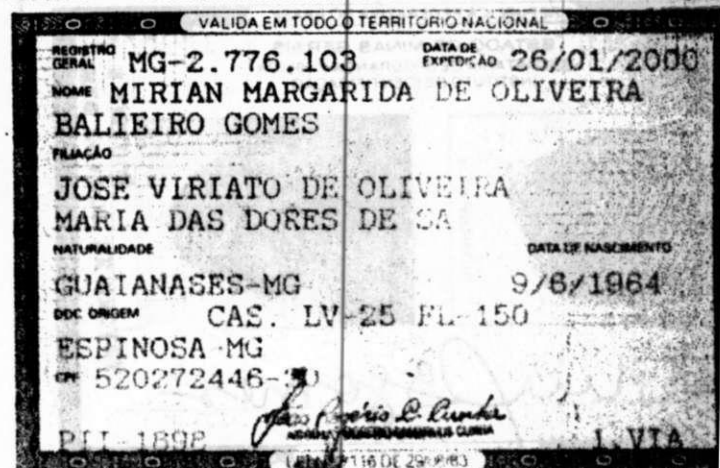
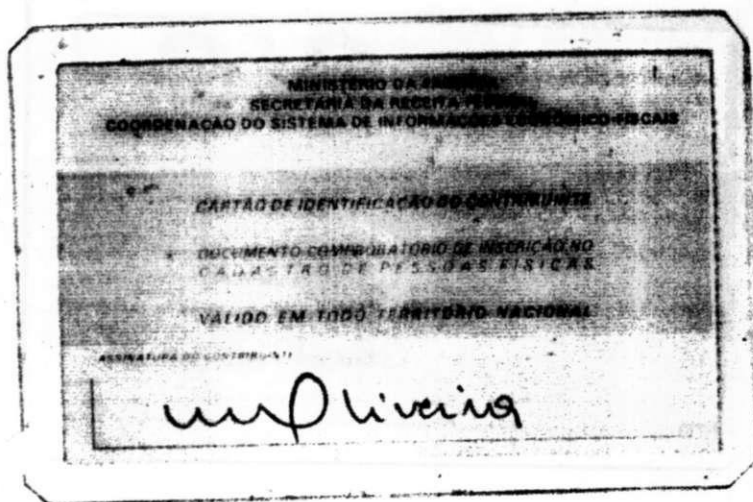
*M. B. Gomes*

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

Ministério das  
Comunicações



Nome *Mirian Margarida de Oliveira*  
 Loc. Nasc. *S. Paulo*  
 Est. *S.P.* Data *07.06.1964*  
 Filiação *Jose Viriato de Oliveira*  
*ra e D. Maria dos Dores*  
*da*  
 Est. Civil *solteira* Doc. N° *21932*  
 Fls. *136* Liv. *A20* Reg. Civil *S. Paul*  
 Outro doc. \_\_\_\_\_  
 Situação Militar: Doc \_\_\_\_\_  
 N° \_\_\_\_\_ Órgão \_\_\_\_\_ Est \_\_\_\_\_  
 Naturalizado Dec. N° \_\_\_\_\_ Em \_\_\_\_\_  
**ESTRANGEIROS**  
 Chegada ao Brasil em \_\_\_\_\_  
 Doc. Ident. N° \_\_\_\_\_ Exp em \_\_\_\_\_  
 Estado \_\_\_\_\_  
 Ob. \_\_\_\_\_  
 Data Emissão *28.04.86* DRT *45*  
*E. F. Neves*  
**EDMAR FAGUNDES NEVES**  
 Matr. 1.085.447



## DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES"; para fins de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações; que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a ultima autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Espinosa/MG, 20 de Maio de 2013.



Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
Presidente  
CPF: 673.670.706-49

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.769.949/0001-13</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>24/03/1997</b>
1. EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DAS MULHERES ESPINOSENSES</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>AMES</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R URSULINO SALES</b>	NÚMERO <b>101</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>39.510-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>JARDIM ORIENTE</b>	MUNICÍPIO <b>ESPINOSA</b>	UF <b>MG</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **03/06/2013** às **08:56:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



**Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda**, Presidente da Associação das Mulheres Espinosenses – AMES - Município de Espinosa-MG.



## **CERTIDÃO**

Certifico que no livro de Atas nº 01 da Associação das Mulheres Espinosenses – AMES - Município de Espinosa-MG, às fls. 42/42v, consta o seguinte teor: **Ata da Reunião Ordinária da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses, para escolha de nova vice-presidente da Diretoria da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses.** Aos 17 (dezessete) dias do mês de maio de 2013 (dois mil e treze), reuniram-se na sede da Rádio 104 FM, às 17:00 (dezessete) horas; situada à rua Ursulino Sales, nº. 101, bairro Jardim Oriente, os membros da referida associação. Iniciando a reunião a Sra. Presidente Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda desejou boas vindas a todos, em seguida apresentou a ordem da reunião: escolha da vice-presidente da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses; uma vez, que, esta função era ocupada pela Sra. Merita Antunes da Silva Ribeiro RG: M-7.052.999 SSPMG; CPF: 776.216.036-15; e que a mesma Sra. Merita Antunes da Silva Ribeiro, pediu exoneração, digo, afastamento, alegando motivos pessoais; não tendo portanto condições de permanecer como vice diretora da AMES. Após o exposto, em comum acordo, ficou decidido pelos membros da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses, que fosse feita a substituição, seguindo a seqüência da Ordem da Diretoria; ficando assim definido: Presidente: Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, RG: M-4.707.588 / SSPMG; CPF: 673.670.706-49; Vice-Presidente: Verônica Maria Rodrigues Barbosa; RG: M-6.793.674 SSP-MG, CPF: 769.818.196-00; Secretária: Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, RG: MG-10.499.532, CPF: 033.239.556-17; Primeira Tesoureira: Maria Lucia da Silva Sousa, RG: M-3.969.067 / SSP-MG, CPF: 618.788.716-68; Segunda Tesoureira: Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva, RG: M-0840927-10 / SSP-MG, CPF: 769.820.506-10. Na composição do conselho fiscal não houve alteração permanecendo da seguinte forma: membros efetivos: Vera de Fátima Oliva Alves, RG: M-2.599.779 SSP/MG, CPF: 266.141.466-53; Vilma Oliva Barbosa Lima, RG: MG-2.625.558 SSP/MG, CPF: 270.553.456-34; Mirian Margarida de Oliveira Balieiro Gomes, RG: M-2.776.103 / SSP-MG, CPF: 520.272.446-20. Conselho Fiscal Suplente: Maria Coeli Tolentino Mourão Gonçalves, RG: M-946.140 / SSP-MG, CPF: 241.460.136-15; Colatina Antunes Teixeira Cruz, RG: M-4.534.715 / SSP-MG, CPF: 601.852.106-78; Josânia Alves de Moraes Dias, RG: M-9.325.987 / SSP-MG, CPF: 867.580.206-49. Sendo aprovado em unanimidade por todos, foi encerrada a reunião. A Sra. Presidente Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, agradeceu a presença de todos. Não havendo mais nada a tratar, eu, Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, lavrei a presente ata, que depois de lida sendo aprovada, será assinada por todos. Espinosa, 17 de maio de 2013. Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, Verônica Maria R. Barbosa, Josânia Alves de Moraes Dias, Colatina Antunes Teixeira Cruz, Vilma Oliva Barbosa Lima, Maria

*fls. 42/42v*



Ministério das Comunicações - SCS

Lucia da Silva Sousa, Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva, Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, MarluCIA Ângelo Tolentino Salviola, Neusa Mendes Gomes, Isabel Cristina Mendes, Gislaine Christina Costa de Sousa Balieiro, Cordelucia Ramos Batista Chaves. Confere com o original. -----

Cartório 1º Ofício

*Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda*

Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda - Presidente



Protocolo: 5.501

COMARCA DE ESPINOSA - MINAS GERAIS

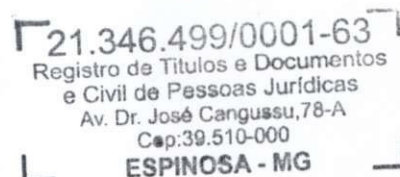
Cartório do Registro CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.

Registrado sob o nº 666 Livro A-9 Folha 64 a 65.

ESPINOSA, 14 de JUNHO de 2013

*Luciana Oliva Dias*

OFICIAL



## DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, na qualidade de representante legal da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES" CNPJ: 01769949/0001-13, permissionária RADCOM no município de Espinosa, estado de Minas Gerais declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Espinoso/MG, 20 de Maio de 2013



Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
Presidente  
CPF: 673.670.706-49



## DECLARAÇÃO

Eu, Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, na qualidade de representante legal da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES", do serviço RADCOM no município de Espinosa, estado de Minas Gerais declara, para os devidos fins, os responsáveis pela gestão das atividades:

1- Área editorial –

Bruna Mirelle Rocha Jacome

CPF.:104.080.126-92

RG.17.364.233. SSP/MG

2- Área direção de programação –

Joao Batista Dias dos Santos

CPF.006.048.548-54

RG.12.694.629 SSP-SP

Documento atestando a nacionalidade cópia em anexo da "**Carteira de Identidade**"

Espinosa/MG, 20 de Maio de 2013



Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda

Presidente

CPF: 673.670.706-49

## RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA "ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES"

O Conselho Comunitário da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES", após reunião realizada em 10/01/2013 as 08:00 horas, na sede da emissora, situada a Rua Ursulino Sales, 101 – Bairro: Jardim Oriente CEP: 39510-000 – Espinosa – MG , aprovou a programação veiculada por essa emissora.

Os Conselheiros presentes assinam o presente relatório juntamente com o Presidente e demais diretores da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES" de Espinosa

Espinosa/MG, 20 de maio de 2013



Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda

Presidente

CPF: 673.670.706-49



Vice Presidente



Todos os diretores

Edivaldo Rodrigues Silva - Claudiana A. Teixeira Silva  
 Juçiane Souza Cruz Dias, Josâniê Mes de Moraes Dias  
 Zilda Amaro S. Fernandes

Conselheiros

Valdivino Nunes Soares, Elzenir Silva Bezerra  
 Yonê Antunes de Souza  
 Valdemar Nunes de Oliveira, Geraldo Rodrigues  
 L. Silva

## Declaração

Na qualidade de representante legal da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES" declaro que somente brasileiros natos exercem cargos, funções de direção, gerência, chefia ou qualquer outro tipo de trabalho e assistência administrativa para nossa entidade.

Espinosa/MG, 20 de Maio de 2013



\_\_\_\_\_  
Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
Presidente  
CPF: 673.670.706-49



## Declaração

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES", para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Espinososa/MG, 20 de Maio de 2013.



Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
Presidente  
CPF: 673.670.706-49

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

1-917

POLEGAR DIREITO





Bruna Mirelle Rocha Jacome  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-17.364.233 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/02/2008

NOME BRUNA MIRELLE ROCHA JACOME 29

FILIAÇÃO MINELVINO FAGUNDES JACOME  
LUZIA MAURICIO ROCHA

NATURALIDADE ESPINOSA-MG DATA DE NASCIMENTO 4/3/1990

DOC ORIGEM NASC. LV-48A FL-191V

CPF ESPINOSA-MG 104080126-92

PII-1898 NILMA REIS SANTOS ASSINATURA DO DIRETOR 1.VIA

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRA

**CÉDULA DE IDENTIDADE**  
NACIONALIDADE BRASILEIRA

**JOÃO BATISTA DIAS DOS SANTOS**

**ANIZIO DIAS TEAGO**

**JOANA DIAS DOS SANTOS**

**ESPINOSA = MG** **02.MAR.1960**

*João Batista Dias dos Santos*

(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

DELEGADO DE POLÍCIA - PIAUÍ

90

054831

08.MAR.1978

2.694.629

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS

QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

**001/0524-6**

**0.2 ABR 1991**

**BANCO DO BRASIL**  
**ESPINOSA - MG**  
**0610801-6**

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - CIEF

Nº DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

**006 048 548 54**

NOME COMPLETO

**JOÃO BATISTA DIAS DOS SANTOS**

NASCIMENTO

**02.03.60**

ASSINATURA

*João Batista Dias dos Santos*

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE



# 1º Boleto - TFF

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento <b>08/03/2013</b>	VENCIMENTO <b>31/03/2013</b>
Contribuinte: ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES		Nosso Número (Nº Fictel-Seq-DV) <b>50011395460-0017-31</b>	
(-) Valor do Documento <b>66,00</b>	(+) Mora/Multa/Juros	(-) Outros Acréscimos	(-) Valor Total

**Autenticação Mecânica**

<b>BANCO DO BRASIL</b>		00194.56979 45001.139547 60001.731219 5 56540000006600	
Local de Pagamento <b>ATÉ O VENCIMENTO, PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO, APÓS PAGÁVEL APENAS NO BANCO DO BRASIL</b>			
Cedente <b>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL</b>		VENCIMENTO <b>31/03/2013</b>	
Data do Documento <b>08/03/2013</b>	Nº do Documento <b>910.1.5.9993</b>	Espécie Dos <b>REC</b>	Recall <b>413013</b>
Nº da Conta - Responsável	Carteira <b>18.256</b>	Espécie <b>RS</b>	Nosso Número (FISTEL) <b>50011395460-0017-31</b>
Quantidade	Valor	(-) Valor do Documento <b>66,00</b>	
INFORMAÇÕES: - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Outro boleto poderá ser obtido no site <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a> - Até o vencimento, pagável em qualquer estabelecimento bancário.		(-) Desconto/Abatimento ***** (-) Outras Deduções ***** (+) Mora/Multa/Juros (-) Outros Acréscimos (-) Valor Cobrado	
Governo Federal - Guia de Recolhimento da União. GRU - Cobrança		TESOURO NACIONAL	
Contribuinte: ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES RUA URSULINO SALES TERREO nº 101 - JARDIM ORIENTE Espinosa / MG 39510-000			

**Autenticação Mecânica**

**Ficha de Compensação**

00194.56979 45001.139547 60001.731219 5 56540000006600



## ATENÇÃO:

OS BOLETOS DEVEM SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É ESPECÍFICO A UM TRIBUTO O VALOR PAGO COM CÓDIGO INCORRETO PERMANECERÁ PENDENTE DE QUITAÇÃO.

- 1. INFORMAÇÕES**  
Radiodifusão Comunitária - Código - 231  
- Quantidade de estações referente ao ano 2012:  
A-TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

Referência: MG - Espinosa

## 2. MENSAGEM

# 2º Boleto - CFRP

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento <b>08/03/2013</b>	VENCIMENTO <b>31/03/2013</b>
Contribuinte: ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES		Nosso Número (Nº Fictel-Seq-DV) <b>50011395460-0018-57</b>	
(-) Valor do Documento <b>10,00</b>	(+) Mora/Multa/Juros	(-) Outros Acréscimos	(-) Valor Total

**Autenticação Mecânica**

**Recibo do Contribuinte**

	<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU</b>	Código do Recolhimento	<b>416001</b>
		Número (NRO) de Referência	<b>500113954600018</b>
Nome do Contribuinte: ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES		Competência	
Endereço: RUA URSULINO SALES TERREO nº 101 - JARDIM ORIENTE Espinosa / MG 39510-000		Vencimento	
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL		CPF/CNPJ do Contribuinte	<b>01769949000113</b>
Informações: - Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Outro boleto poderá ser obtido no site: <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a>		Unidade Favorecida	
<b>GRU SIMPLES</b> <b>Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A</b>		(-) Valor Principal	<b>10,00</b>
		(-) Descontos/Abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(+) Mora/Multa	
		(+) Juros/Encargos	
		(-) Outros Acréscimos	
		(-) Valor Total	

00193.67234 05001.139541 60001.857212 4 56540000001000

Ficha de Compensação



## LEIA COM ATENÇÃO

Prezado Contribuinte,

No verso deste documento constam dois boletos bancários para pagamento dos seguintes tributos:

1. Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF, correspondente ao presente exercício, na forma da Lei nº 5.070/66.

2. Contribuição para o Fomento de Radiodifusão Pública - CRFP, correspondente ao presente exercício, na forma da Lei nº 11.652/08.

Para o cálculo dos tributos consideram-se a quantidade e os tipos das estações licenciadas até 31/12/2012. No caso de licença em Blocos de Estações de Assinante, a TFF incidirá sobre as licenças emitidas até o vigésimo dia útil do mês de janeiro do ano corrente.

O não pagamento dos dois tributos até a data do vencimento sujeita o devedor à inscrição no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - Cadin e em Dívida Ativa. O não pagamento da TFF ainda implica na abertura de processo para caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Tanto a TFF, quanto a CRFP deixam de incidir a partir do ano seguinte ao pedido formal de cancelamento da estação e a partir do ano seguinte ao vencimento da validade da licença.

**IMPORTANTE:** Os boletos com valores a partir de R\$ 50,00 (cinquenta reais), até a data do vencimento, poderão ser pagos em qualquer estabelecimento bancário da rede arrecadadora; os boletos com valores inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais), somente poderão ser pagos nas agências do Banco do Brasil S.A. Após o vencimento, qualquer que seja o boleto, o pagamento somente poderá ser efetuado nas agências do Banco do Brasil S.A., com os devidos acréscimos moratórios.

A 2ª via destes documentos de arrecadação e a emissão para outros débitos, porventura existentes, estão disponíveis na internet, no seguinte endereço: <http://sistemas.anatel.gov.br/boleto>.



ASSOCIACAO DAS MULHERES ESPINOSENSIS - AMES  
RUA URSULINO SALES TÊRREO n° 101  
JARDIM ORIENTE  
Espinosa - MG  
39510-000

Data de Postagem: 18/03/2013



**ANATEL**  
Agência Nacional de Telecomunicações

Escritório Regional da Anatel em Minas Gerais/ERH  
Avenida do Contorno 5919, 7º andar Ed. Melmor - Bairro dos Funcionários  
Belo Horizonte/MG 30110-927

### Para Uso dos Correios

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Informação dada pelo Porteiro/Síndico	Reintegrado ao serviço postal em ____/____/____
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> Não é o n°. indicado	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Não existe n°. indicado	<input type="checkbox"/> Ausente		
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Falecido		Assinatura e o N° do Entregador





27/03/2013 - BANCO DO BRASIL - 13:48:18  
052415092 0249

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00193672340500113954160001857212456540000001000  
NOSSO NUMERO 50011395460001857  
CONVENIO 00367230  
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES  
AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333018  
DATA DE VENCIMENTO 01/04/2013  
DATA DO PAGAMENTO 27/03/2013  
VALOR DO DOCUMENTO 10.00  
VALOR COBRADO 10.00

NR. AUTENTICACAO 2.464.000.668.709.008  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

COBAN:27447 LOJA:121 PDV:0016  
27/03/2013 BANCO DO BRASIL 09:02:49  
052484658 0013

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC

00194569794500113954760001731219556540000006600  
NR. DOCUMENTO 1.210.016  
NOSSO NUMERO 50011395460001731  
CONVENIO 00456974  
FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC  
AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333218  
DATA DE VENCIMENTO 01/04/2013  
DATA DO PAGAMENTO 27/03/2013  
VALOR DO DOCUMENTO 66.00  
VALOR COBRADO 66.00

NR. AUTENTICACAO 8.737.207.403.849.513



Ministério das Comunicações  
33  
Rota 57  
SCE



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL N.º 2.599.779

NOME Vera de Matos Oliva Alves

FILIAÇÃO José Rodrigues Oliva

Maria de Conceição Oliva

S. João da Boa Vista, 26-02-195

69-10-198

Santos Nogueira da Silva

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

Ministério das Comunicações  
34  
Data 8/4





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO DE OBRA  
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

402

Série



6614

Polegar Direito



28357

Número

Assinatura do Portador  
Vera de Fontina





**QUALIFICAÇÃO CIVIL**  
*Heitor de Lima oliveira*  
 LUGAR NASC. *Goiania*  
 EST. *M. Goiás* Data *26/5/1955*  
 Filiação *Jose Rodrigues oliveira*  
 Mãe *Maria dos Conceitos oliveira*  
 EST. CIVIL *SOLTEIRO* Doc. N.º *358*  
 PIS. *191* Liv. *01* Reg. Civil *Goiania*  
 Censo doc. *1*  
 Situação Militar: Doc. *1*  
 Nº Orgão *1* Est. *1*  
 Naturalizado Dec. N.º *1* Em *1*  
**ESTRANGEIROS**  
 Chegada ao Brasil em *1*  
 Doc. Ident. N.º *1* Exp. em *1*  
 Estado *1*  
 Obs. *1*  
 Data Emissão *10/06/55* DRT *MG*  
*Heitor de Lima oliveira*



Ministério das Comunicações  
Fis. 37  
Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-ISCALIS

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRADO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Zena de Fatima Oliveira*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Zena de Fatima Oliveira Alves*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA CEGUA - LECTIA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO CEM: N.º 2.599.779

NOME: *Jose Roberto de Fátima Oliveira*

RENÚNCIA: *Maria da Conceição Oliveira*

N.º S. João da Ponte, MG 26-02-1951

DATA DO NASCIMENTO: 09-10-1980

SANÇÃO: *[Assinatura]*

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Ministério das Comunicações

38

Rebata

Ministério das Comunicações - SCS  
 R. 37  
 Rubrica

3/4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
**VERA DE FATIMA OLIVA ALVES**

DATA DE NASCIMENTO  
**26/02/55**

MUNICÍPIO/UF  
**ESPINOSA**

PRESTADOR DE VOTO  
*[Signature]*

INSCRIÇÃO  
**18642930248**

ZONA  
**109**

SEÇÃO  
**0009**

DATA DE EMISSÃO  
**18/09/86**

VALIDO SOMENTE COM MARCA DO AGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

CIDULA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO PORTADOR

*Vera de Fatima Oliva Alves*

DOLEGAR DIREITO

18642930248

CIC

NASCIMENTO  
**26.02.55**

CONTRIBUINTE  
**VERA DE FATIMA OLIVA**

NASCIMENTO NO CPF  
**18642930248**

SEÇÃO  
**53**

JUSTIÇA ELEITORAL

JUSTIÇA ELEITORAL

INSCRIÇÃO  
**018642930248**

DT. NASC: 26/02/55 ZONA: 0109 SEÇÃO: 0009

VERA DE FATIMA OLIVA ALVES

1. TURNO: - 01/10/2000



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-3.969.06 DATA DE EXPEDIÇÃO 14/02/85

NOME MARIA LUCIA DA SILVA

FILIAÇÃO DOMINGOS CESARI DA SILVA ANA PEREIRA DE ASSIS

NATURALIDADE ESPINOSA-MG DATA DE NASCIMENTO 23/04/66

DOC ORGEM RC LV-25 FL-45 SPINOSA MG

CPF DELO HORIZONTE, MG

Assinatura: [Assinatura]

LEIN: [Assinatura]

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Foto: [Foto]

Assinatura: [Assinatura]

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura: [Assinatura]

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARIA LUCIA DA SILVA

DATA DE NASCIMENTO 23/04/1966

Nº INSCRIÇÃO 0533 1013 0264

ZONA 109

MUNICÍPIO / UF ESPINOSA/MG

DATA DE EMISSÃO 30/03/2

JUIZ ELEITORAL [Assinatura]

VALIDO SOMENTE COM A PRESENÇA DO TÍTULO ELEITORAL

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura: [Assinatura]

MARIA LUCIA DA SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 19/09/00

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICA

Nome MARIA LUCIA DA SILVA

Nº de Inscrição 618788716-8

Data do Nascimento 23/04/1966

[Barcode]

JUSTIÇA ELEITORAL 1º TURNO COMPROVANTE DE VOTAÇÃO 03/10/2004

MARIA LUCIA DA SILVA

Inscrição: 0533 1013 0264

NASC: 23/04/1966 ZONA: 109 SEÇÃO: 0011

PP-

91 592390

ou  
sp. laicio - 3812-1272



Ministério das Comunicações  
Fls. 41  
Rubrica

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

7453381

18/09/86

POLEGAR DIREITO

Vilma Oliva Barbosa Lima

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTERIO DA FAZENDA  
Secretaria do Rendimento Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Fisicas  
Número de inscrição

270.553.456-34

Nome  
VILMA OLIVA BARBOSA LIMA

Nascimento  
26/10/1958

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**TÍTULO ELEITORAL**

NOME DO ELEITOR  
VILMA OLIVA BARBOSA LIMA

DATA DE NASCIMENTO  
26/10/58

MUNICÍPIO / UF  
ESPINGOSA

Nº INSCRIÇÃO  
567290702/05

ZONA  
109

SEÇÃO  
0005

DATA DE EMISSÃO  
18/09/86

PRESIDENTE DO TRE  
L. M. Coimbra

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIDADE

NOME  
VILMA OLIVA BARBOSA LIMA

DOC. IDENTIFIC. / CND. EMISSÃO / V. / V. / V.

CPF  
270.553.456-34

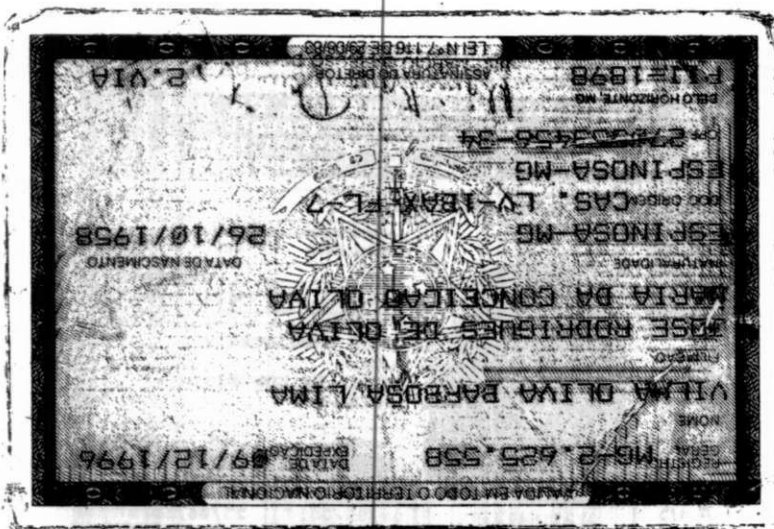
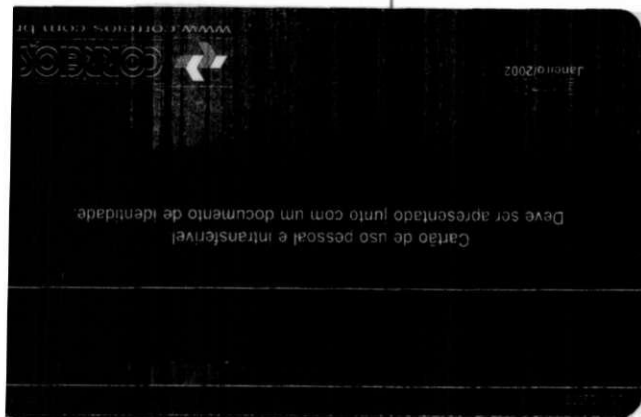
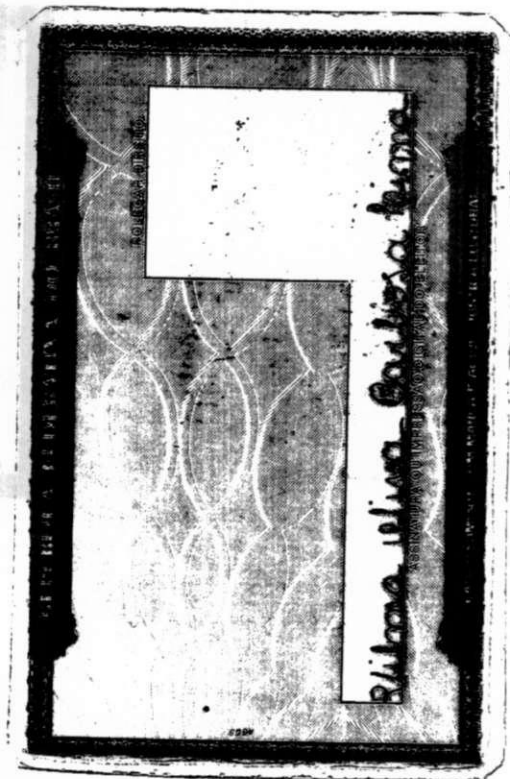
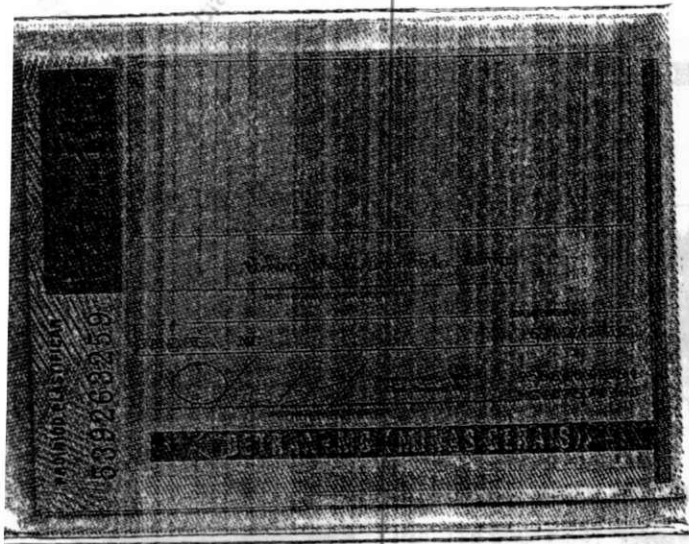
DATA DE NASCIMENTO  
26/10/1958

FAMÍLIA  
JOSE RODRIGUES DE OLIVA  
MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVA

VALIDAÇÃO  
02/28/1443335

VALIDAÇÃO  
08/02/2017

VALIDAÇÃO  
23/06/1982





Ministério das Comunicações - SCS  
Fls. 42  
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

C-201

*Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 08409627-62 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/12/94

NOME MARIA NILZA RODRIGUES BALIEIRO SILVA

FILIAÇÃO JOSE ANTUNES BALIEIRO  
BRAZILINA RODRIGUES BALIEIRO

NATURALIDADE ESPINOSA MG DATA DE NASCIMENTO 19/04/969

DOC ORIGEM CER-CAS CM-ESPINOSA..... MG

DST-SEDE L-022 F-058 R-002042

CPF

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARIA NILZA RODRIGUES BALIEIRO SILVA

DATA DE NASCIMENTO 19/04/69

MUNICÍPIO / UF ESPINOSA / MG

DATA DE EMISSÃO 05/08/88

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

MARIA NILZA RODRIGUES BALIEIRO SILVA

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CÓDIGO C/C

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº D. NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF 769820506 10

NOME COM LETO MARIA NILZA RODRIGUES BALIEIRO SILVA

NASCIMENTO 19-04-69

ASSINATURA

*Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva*

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CAPÍTULO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

237/1164-2

15/05/90

BRADESCO

0610801-5

Tania Valere M T Pedroso

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

CONFERE COM O ORIGINAL DO SRE

22ª SRE

Montes Claros

ASP

Maria Soares de Souza  
Anal. Educ./TAE - Masp 847.372-0

Educação 91358304

40135/13 - REN

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

53000 070502/2013-97

SEAPA/SCE

03/12/2013-08:59

Dr. Paulo Bernardo Silva

A "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES", CNPJ: 01769949/0001-13, com sede na Rua Ursulino Sales, 101 - Bairro: Jardim Oriente CEP: 39510-000 - Espinosa - MG, estado de Minas Gerais, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada, conforme Portaria nº 291 datada de 16/05/2001 DOU de 31/05/2001 e Decreto Legislativo nº 288 de 26/06/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 27/06/2003, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Espinosa/MG, 26 de novembro de 2013

Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
CPF: 673.670.706-49  
Presidente

have  
130



## DECLARAÇÃO



Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da “Associação das Mulheres Espinosenses - AMES”; para fins de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações; que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Espinoso/MG, 26 de novembro de 2013.

Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
CPF: 673.670.706-49  
Presidente





**Declaração:**

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da “Associação das Mulheres Espinosenses - AMES”, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Espinosa/MG, 26 de novembro de 2013.

Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
CPF: 673.670.706-49  
Presidente

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA "ASSOCIAÇÃO  
MULHERES ESPINOSENSES - AMES"



O Conselho Comunitário da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES", após reunião realizada em 20/11/2013, na sede da emissora, situada a Rua Ursulina Alves, 101 - Bairro: Jardim Oriente CEP: 39510-000 - Espinosa - MG, aprovou a programação veiculada por essa emissora.

Os Conselheiros presentes assinam o presente relatório juntamente com o Presidente da "Associação das Mulheres Espinosenses - AMES"

Espinosa/MG, 26 de novembro de 2013

Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
CPF: 673.670.706-49  
Presidente

Conselheiros

Juciene de Souza Cruz Dias - CPF 040.685.896-85 - RG. n. MG 12.069.368

Edvaldo Rodrigues Barbosa - CPF 743.254.026-15 - RG. n. 34.014.670-9

Valdivino Nunes Soares - CPF 065.636.866-72 - RG. n. M8.178.931

Eleuza Izila Souza - CPF 543.518.396-00 - RG 3.969.047

Josania Alves de Moraes Dias - CPF 67.580.206-49 - RG. n. M-9.325.987

Zilda Amaro Silva Fernandes - CPF 061.617.636-80 - RG. n. 13.575.069

Valdemar Nunes de Oliveira - CPF 77.6.977.766-72 - RG. n. MG-6.716.298

Claudiana Angélica Teixeira Silva - CPF 067.773.486-70 - RG. n. 13.061.509

José Antunes de Souza - CPF 655.396.566-87 - RG. n. 4.689.060

Geraldo Rodrigues da Silva - CPF 82.312.436-20 - RG. n. MG-5.857.970



Declaração

Eu, Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, representante legal da “Associação das Mulheres Espinosenses - AMES” venho solicitar vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga.

Espinosa/MG, 26 de novembro de 2013



Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda  
CPF: 673.670.706-49  
Presidente



**ANATEL**Agência  
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

BOM DIA

ADILSON SOARES DE SOUZA

Sistemas  
Interativos

BOLETO de Nada consta

menu ajuda

**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASSOCIACAO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES**

CNPJ: **01.769.949/0001-13**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:54:24 do dia 27/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
01.769.949/0001-13  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
24/03/1997

Nº EMPRESARIAL  
A ASSOCIACAO DAS MULHERES ESPINOSENSES

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
AMES

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte  
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO  
R URSULINO SALES

NÚMERO  
101  
COMPLEMENTO

CEP  
39.510-000

BAIRRO/DISTRITO  
JARDIM ORIENTE

MUNICÍPIO  
ESPINOSA

UF  
MG

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 27/11/2013 às 07:55:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

**Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda**, Presidente da Associação das Mulheres Espinosenses – AMES - Município de Espinosa-MG.

## **CERTIDÃO**



Certifico que no livro de Atas nº 01 da Associação das Mulheres Espinosenses – AMES - Município de Espinosa-MG, às fls. 42/42v, consta o seguinte teor: **Ata da Reunião Ordinária da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses, para escolha de nova vice-presidente da Diretoria da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses.** Aos 17 (dezesete) dias do mês de maio de 2013 (dois mil e treze), reuniram-se na sede da Rádio 104 FM, às 17:00 (dezesete) horas; situada à rua Ursulino Sales, nº. 101, bairro Jardim Oriente, os membros da referida associação. Iniciando a reunião a Sra. Presidente Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda desejou boas vindas a todos, em seguida apresentou a ordem da reunião: escolha da vice-presidente da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses; uma vez, que, esta função era ocupada pela Sra. Merita Antunes da Silva Ribeiro RG: M-7.052.999 SSPMG; CPF: 776.216.036-15; e que a mesma Sra. Merita Antunes da Silva Ribeiro, pediu exoneração, digo, afastamento, alegando motivos pessoais; não tendo portanto condições de permanecer como vice diretora da AMES. Após o exposto, em comum acordo, ficou decidido pelos membros da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses, que fosse feita a substituição, seguindo a seqüência da Ordem da Diretoria; ficando assim definido: Presidente: Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, RG: M-4.707.588 / SSPMG; CPF: 673.670.706-49; Vice-Presidente: Verônica Maria Rodrigues Barbosa; RG: M-6.793.674 SSP-MG, CPF: 769.818.196-00; Secretária: Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, RG: MG-10.499.532, CPF: 033.239.556-17; Primeira Tesoureira: Maria Lucia da Silva Sousa, RG: M-3.969.067 / SSP-MG, CPF: 618.788.716-68; Segunda Tesoureira: Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva, RG: M-0840927-10 / SSP-MG, CPF: 769.820.506-10. Na composição do conselho fiscal não houve alteração permanecendo da seguinte forma: membros efetivos: Vera de Fátima Oliva Alves, RG: M-2.599.779 SSP/MG, CPF: 266.141.466-53; Vilma Oliva Barbosa Lima, RG: MG-2.625.558 SSP/MG, CPF: 270.553.456-34; Miriã Margarida de Oliveira Balieiro Gomes, RG: M-2.776.103 / SSP-MG, CPF: 520.272.446-20. Conselho Fiscal Suplente: Maria Coeli Tolentino Mourão Gonçalves, RG: M-946.140 / SSP-MG, CPF: 241.460.136-15; Colatina Antunes Teixeira Cruz, RG: M-4.534.715 / SSP-MG, CPF: 601.852.106-78; Josânia Alves de Moraes Dias, RG: M-9.325.987 / SSP-MG, CPF: 867.580.206-49. Sendo aprovado em unanimidade por todos, foi encerrada a reunião. A Sra. Presidente Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, agradeceu a presença de todos. Não havendo mais nada a tratar, eu, Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, lavrei a presente ata, que depois de lida sendo aprovada, será assinada por todos. Espinosa, 17 de maio de 2013. Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, Verônica Maria R. Barbosa, Josânia Alves de Moraes Dias, Colatina Antunes Teixeira Cruz, Vilma Oliva Barbosa Lima, Maria

*Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu*







<b>CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTARIADO</b> CNPJ: 21.350.871/0001-05 RUA DOMÍLUCIO, 38 - CENTRO ESPINOSA - MG	O presente documento, confere como original que me foi apresentado. Dou Fé. Em testº da verdade.
	<b>19 NOV. 2013</b> Espinosa - MG <b>Geraldo Neves Alves</b>



Lucia da Silva Sousa, Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva, Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, Marlucia Ângelo Tolentino Salviola, Neusa Mendes Gomes, Isabel Cristina Mendes, Gislaine Christina Costa de Sousa Balieiro, Cordelucia Ramos Batista Chaves. Confere com o original. -----

Cartório 1º Ofício

*Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda*  
Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda - Presidente



Protocolo: 5.501

COMARCA DE ESPINOSA - MINAS GERAIS

Cartório do Registro CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.

Registrado sob o nº 666 Livro A-9 Folha 64 a 65

ESPINOSA, 14 de JUNHO de 2013

*Luciana Oliva Dias*  
OFICIAL





**Merita Antunes da Silva Ribeiro**, Presidente da Associação das Mulheres Espinosenses - AMES, município de Espinosa-MG.

## **CERTIDÃO**

Certifico que revendo o livro de Atas nº 01 da Associação das Mulheres Espinosenses - AMES, município de Espinosa-MG, 30v à 34v consta o seguinte teor: **Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Associação das Mulheres Espinosenses - AMES; visando a alteração do seu Estatuto.** Aos 11 (onze) dias do mês de janeiro deste ano de 2011 (dois mil e onze), reuniram-se na sede da AMES, localizada à Rua Ursulino Sales, nº 101, Bairro Jardim Oriente, às 18:00 (dezoito horas), as senhoras associadas desta Associação, atendendo a convocação da Sra. Presidente Merita Antunes da Silva. A mesma iniciou a reunião desejando boas vindas a todos; em seguida leu para todos os presentes o Ofício de nº 7658/2010/RADCOM/SSCE-MC, enviado pelo Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorga de Serviços, datada de 06 de dezembro de 2010, assinada pelo senhor Carlos Alberto Freire Resende, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica, que diz o seguinte: Ao senhor representante legal: Associação das Mulheres Espinosenses - AMES, Rua Ursulino Sales, 101, térreo, Jardim Oriente, 39510-000 - Espinosa-MG. Assunto: Solicitação de Documentação à entidade autorizada, Processo nº: 53710.001491/98. Prezado senhor, tendo em vista a análise realizada no documento sob protocolo nº 53000.049783/2010-76, encaminhado pela Associação das Mulheres Espinosenses-AMES, entidade autorizada para o serviço de Radiofusão Comunitária na localidade de Espinosa, no Estado de Minas Gerais, solicitamos a V. Sa. que sejam enviados os seguintes documentos: Apresentar cópia do Estatuto Social, na íntegra, legível e modificado, em respeito ao disposto nos subitens 7.2.1 e alíneas e 7.2.1.1 da Norma Complementar 01/2004, constando as alterações estatutárias abaixo elencadas e devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, no livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas ou microfilmado em Pessoas Jurídicas: a) inclusão do dispositivo que trate da instituição do Conselho comunitário nos moldes da Lei 9612/98, no sentido de que conste: "Que o Conselho Comunitário será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da Comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998". "Que o Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da Outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação, considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei". "Que a entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a Composição do Conselho Comunitário". b) alteração do artigo 1º do Estatuto Social, de modo a constar o atual endereço de sede da entidade; c) inclusão, no Capítulo II do Estatuto Social, de dispositivo que, em atenção ao art. 54, II da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), trate dos requisitos para admissão, demissão e exclusão de associados. Ressaltamos que, quanto aos critérios de admissão, a entidade deverá observar o sub item 7.2.1.1, alíneas "b", "c" e "d" da Norma Complementar nº 1/2004, ou seja, deverá ser assegurado o ingresso, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica (desde que sem fins lucrativos e legalmente constituída) domiciliada na localidade. No tocante aos

21.346.499/0001-63

Registro de Títulos e Documentos

e Civil de Pessoas Jurídicas

Av. Dr. José Cangussu, 78-A

Cep: 39.510-000

ESPINOSA - MG

Juiz Claudio R. Cruz  
OAB/MG 51.178



critérios de exclusão de associados, por força do art. 57º da Lei 10.406/2002, deverá ser assegurado, ao associado em processo de exclusão, do quadro social, o direito a ampla defesa e ao recurso Assembléia Geral. d) adequação do art. 14º, III do Estatuto Social ao disposto no art. 60º da Lei 10.406/2002, alterada pela Lei 11.127/2005, ou seja, deverá ser assegurado à 1/5 dos associados em dia com suas obrigações sociais, o direito de convocar a Assembléia Geral. A atual redação do referido dispositivo estatutário exige 2/3 dos associados para que a Assembléia possa ser convocada; e) inclusão de dispositivo determinando que apenas farão parte da Diretoria executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, residentes na área da comunidade a ser atendida e, ainda, de que os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial; f) inclusão de dispositivo no capítulo IV do Estatuto Social, determinando que toda receita da Associação será utilizada na consecução de suas finalidades institucionais. Cópia da Ata de Assembléia Geral em que foram homologados os componentes do Conselho Comunitário da Entidade, devidamente registrada, constando a indicação de todos os ocupantes dos cargos do Conselho e as respectivas entidades representadas por cada um deles. Que nesta Ata de Eleição conste a assinatura de todos os associados presentes à eleição. Cópia da Ata de eleição dos atuais dirigentes da Entidade devidamente registrada, constando todos os cargos elencados no art. 16º do Estatuto Social, tendo em vista que o mandato de 02 anos, relativo à última diretoria, expirou aos 07/04/2001, e havendo alterações na composição do Quadro Diretivo, que os novos membros encaminhem as declarações e documentos referentes ao subitem 7.1, alíneas "e" e "i" da Norma Complementar nº 01/2004, abaixo elencadas: a) prova de que seus diretores são brasileiros, natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia de RG ou Certidão de Casamento e CPF), de acordo ao subitem 7.1, alínea "e" da Norma Complementar nº 01/2004. b) declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, ou área urbana da localidade, de acordo com o subitem 7.1 alínea "h" da Norma Complementar nº 01/2004; c) declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 7.1, alínea "i" da Norma Complementar nº 01/2004; d) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; de acordo com o disposto no subitem 7.1, alínea "j" da Norma Complementar nº 01/2004. Declaração assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade, bem como o endereço de correspondência. Será facultado a essa entidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento deste ofício que está sendo acompanhado de AR Postal (Aviso de recebimento), apresentar os itens solicitados sob pena de abertura de processo de apuração de infração, conforme art. 40, incisos V e VII do Decreto 2615/98. Feito o relato do ofício acima mencionado, e colocada a pauta do dia em votação, todos em unanimidade, votaram pela sua aprovação, das alterações estatutárias, conforme determina o ofício 7658/2010, passando o Estatuto Social da Associação das Mulheres Espinosenses – AMES, a contemplar dispositivo a que trata a instituição do Conselho Comunitário no molde do art. 8º da Lei 9.612/98, ficando estabelecido o seguinte: a) Que o Conselho Comunitário será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da Comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como: associações de classe, beneméritas, religiosas, ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da

21.346.499/0001-63

Registro de Títulos e Documentos

e Civil de Pessoas Jurídicas

Av. Dr. José Cangussu, 78-A

Cep: 39.510-000

ESPINOSA - MG

*[Assinatura]*

LUZ Claudio R. Cruz  
OABMG 51.178

*[Assinatura]*



emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998. a.1) O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da Outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação, considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei. a.2) A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a Composição do Conselho Comunitário. Que ficou ainda ressaltado por unanimidade, que o Capítulo do "Conselho Comunitário" será o Capítulo V e, as alíneas a, será o artigo 30 do referido Capítulo, alínea a.1, Capítulo 31 e alínea a.2, Capítulo 32. E, que, consequentemente o Capítulo das Disposições Gerais passará a ser o Capítulo VI do referido Estatuto, com a alteração dos seus artigos para os números 33, 34 e 35. A seguir ficou decidido ainda a alteração do artigo 1º do Estatuto Social, de modo a constar o atual endereço da sede da entidade, qual seja: Rua Ursulino Sales, nº 101, Bairro Jardim Oriente, Cep: 39510-000, Espinosa-Minas Gerais; que fica alterado também o Capítulo II do Estatuto Social da Entidade, dispondo que, em atenção ao art. 54, II da Lei 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), ficando ressaltado que os critérios para admissão, demissão e exclusão de associados, deverá observar o subitem 7.2.1.1., alíneas "b e c e d, da Norma Complementar nº 1/2004, ou seja, deverá ser assegurado o ingresso, como associado de toda e qualquer pessoa física ou jurídica (desde que, sem fins lucrativos e legalmente constituída) domiciliada na localidade. E, que, no tocante, aos critérios de exclusão de associados, por força do art. 57º da Lei 10.406/2002, deverá ser assegurado, ao associado em processo de exclusão, do quadro social, o direito à ampla defesa e ao recurso à Assembléia Geral. Ficou ainda decidido a adequação do art. 14º, III do Estatuto Social ao disposto no art. 60º da Lei 10.406/2002, alterada pela Lei 11.127/2005, ou seja, deverá ser assegurado a 1/5 dos associados em dia com suas obrigações sociais, o direito de convocar a Assembléia Geral. Ficou ainda decidido a inserção do parágrafo 1º do art. 16 do Capítulo III que versará que: apenas farão parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, residentes na área da comunidade a ser atendida e, ainda, de que os dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial. Por fim, ficou aprovado por unanimidade a inserção de um parágrafo 3º no Capítulo IV do Estatuto Social, determinando que toda receita da Associação será utilizada na consecução de suas finalidades institucionais. Ficou ainda acertado e decidido de que a Associação, por seus dirigentes cumprirá as demais exigências constantes do ofício nº 7.658, no tempo determinado pelo mesmo ofício. Não havendo mais nada a tratar, a Sra. Presidente, Merita Antunes da Silva, agradeceu a presença de todos, e eu Verônica Maria Rodrigues Barbosa, lavrei a presente ata, que depois de lida, sendo aprovada, será assinada por todos. Espinosa 11 de janeiro de 2011. Verônica Maria Rodrigues Barbosa, Maria de Lurdes Silva Miranda, Merita Antunes da Silva Ribeiro, Maria Alves Ramos, Marlúcia Ângelo Tolentino Salviola, Julia Maria Antunes Caldeira, Vera de Fátima Oliva Alves, Colatina Antunes Teixeira Cruz, Neusa Mendes Gomes, Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva, Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda. Confere com o original. -----

*Luiz Cláudio R. Cruz*  
OAB/MG 51.177

Contato: 1º Ofício

*Merita Antunes da Silva Ribeiro*  
Merita Antunes da Silva Ribeiro - Presidente

RG: M-7.052.999 SSPMG - CPF: 776.216.936-12

21.346.499/0001-63  
Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoas Jurídicas  
Av. Dr. José Cangussu, 78-A  
Cep: 39.510-000  
ESPINOSA - MG



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS CNPJ: 21.350.871/0001-05 RUA DOM LUCIO, 38 - CENTRO ESPINOSA - MG	Reconheço verdadeiro(a) Firma(s) supra/retro
	em testº da verdade, dou fé
	08 FEV. 2011
	Espinosa - MG Geraldo Neves Alves



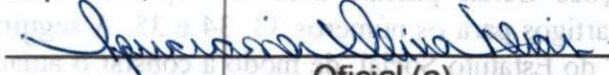
Prot.: 4.954 - Arquivada uma via desta ata com requerimento.

**COMARCA DE ESPINOSA - MINAS GERAIS**

**Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**

**Averbado à margem do Reg. nº 164, Livro: A-3.**

**Espinosa, 10 de fevereiro de 2011.**



**Oficial (a)**





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Município e Comarca de Espinosa = Estado de Minas Gerais

Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas

Oficiala: Luciana Oliva Dias

## CERTIDÃO DE REGISTRO



CERTIFICO e dou fé, a pedido verbal de parte interessada, que revendo nesta Serventia os diversos livros, deles no livro de Registro Civil das Pessoas Jurídicas nº A-8, às fls. 118v/119, consta o Registro do teor seguinte: Nº de Ordem: 583 - Data: 18/05/12. Inscrição: Ata da Assembléia Geral Ordinária da AMES – Associação das Mulheres Espinosenses, para eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal. Aos 19 (dezenove) dias do mês de abril do ano de 2012 (dois mil e doze), às 20:00 (vinte horas), no salão de eventos da Loja Maçônica de Espinosa, situada à rua São Vicente de Paulo, nº 35, bairro São Cristóvão, reuniram-se os membros da referida associação para discutirem a pauta do dia. A Sra. Presidente Merita Antunes da Silva Ribeiro iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos. A seguir, apresentou a todos a prestação de contas referente ao biênio do mandato da atual diretoria 2010/2012; como patrimônio físico mobiliário. A seguir foi apresentada proposição de chapa única em consenso para eleição de nova diretoria e conselho fiscal para o biênio 2012/2014; a chapa apresentada ficou com a seguinte composição: Presidente: Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, RG: M-4.707.588 / SSPMG; CPF: 673.670.706-49; Vice-Presidente: Merita Antunes da Silva Ribeiro, RG: M-7.052.999 / SSP-MG; CPF: 776.216.036-15; Primeira Secretária: Verônica Maria Rodrigues Barbosa, RG: M-6.793.674 SSP-MG, CPF: 769.818.196-00; Segunda Secretária: Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, RG: MG-10.499.532, CPF: 033.239.556-17; Primeira Tesoureira: Maria Lucia da Silva Sousa, RG: M-3.969.067 / SSP-MG, CPF: 618.788.716-68; Segunda Tesoureira: Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva, RG: M-08409627-10 / SSP-MG, CPF: 769.820.506-10. Conselho Fiscal: Efetivos: Vera de Fátima Oliva Alves, RG: M-2.599.779 SSP/MG, CPF: 266.141.466-53; Vilma Oliva Barbosa Lima, RG: MG-2.625.558 SSP/MG, CPF: 270.553.456-34; Mirian Margarida de Oliveira Balieiro Gomes, RG: M-2.776.103 / SSP-MG, CPF: 520.272.446-20; Conselho Fiscal: Suplentes: Maria Coeli Tolentino Mourão Gonçalves, RG: M-946.140 / SSP-MG, CPF: 241.460.136-15; Colatina Antunes Teixeira Cruz, RG: M-4.534.715 / SSP-MG, CPF: 601.852.106-78; Josânia Alves de Moraes Dias, RG: M-9.325.987 / SSP-MG, CPF: 867.580.206-49. Sendo aprovado por unanimidade, todos os eleitos foram empossados neste ato. Não havendo mais nada a tratar, a Sra. Presidente, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Verônica Maria Rodrigues Barbosa, lavrei a presente ata, que depois de lida, sendo aprovada, será assinada por todos. Espinosa, 19 de abril de 2012. Verônica Maria Rodrigues Barbosa, Mirian Margarida de Oliveira Balieiro Gomes, Eliana Rodrigues Balieiro Cangussu, Merita Antunes da Silva Ribeiro, Izabel Cristina Mendes, Maria Alves Ramos, Maria Nilza Rodrigues Balieiro Silva, Neusa Mendes Gomes, Vilma Oliva Barbosa Lima, Vera de Fátima Oliva Alves, Marlúcia Ângelo Tolentino Salviola, Josânia Alves de Moraes Dias, Colatina Antunes



Teixeira Cruz, Maria Lucia da Silva Sousa, Elizete Nunes da Silva, Maria Coeli T. Mourão Gonçalves, Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda, Gilda Souto Rodrigues, Gislaire Christina Costa de Sousa Balieiro, Cordelúcia Ramos Batista Chaves. Confere com o original. a) Leanna Maria Antunes Caldeira Sepúlveda – Presidente, com sua firma reconhecida em Cartório. Dou fé. Espinosa-MG, 18 de maio de 2012. A Oficial a) Luciana Oliva Dias. Nada mais. -----

O REFERIDO É VERDADE.

ESPINOSA-MG, 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

A OFICIALA DO REGISTRO



**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES,  
MUNICÍPIO DE ESPINOSA-MG.**



**C A P Í T U L O    I**  
=====

**Art. 1o.** - A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES, também designada pela sigla AMES, constituída em 15 de março de 1997, é uma entidade civil sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede a Rua Antonio Antunes, 328, Bairro Jardim Oriente e foro no município de Espinosa-MG.

**& 1o** - Destina-se a Entidade a congregar os associados sem destinação de credo político ou religioso, cor, raça e sexo,

**& 2o** - A área de abrangência da AMES compreende os Bairros e Localidades do município de Espinosa-MG.

**Art. 2o.** - É objeto da entidade elevar o nível cultural e o bem estar social dos associados dos Bairros e localidades do município de Espinosa-MG.

**Art. 3o.** - Para consecução dos seus objetivos a entidade poderá funcionar com rádio difusão de som e rádio, difusão de imagem, manter serviços de assistência médica, técnica, agrícola, alimentação ou distribuição de alimentos, vestuário, saneamento básico (zona rural e urbana), recreativa e educacional, ou, com esse mesmos objetivos celebrar convênios com qualquer entidade pública ou privada.

**Art. 4o.** - A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES - AMES, terá seu regimento interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará, o seu funcionamento.

**Art. 5o.** - A fim de cumprir sua finalidade, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo regimento interno aludido no art. 4o.

**C A P Í T U L O    II**  
=====

**Art. 6o.** - A Associação das Mulheres Espinosenses-AMES é constituída por número ilimitado de sócios, nas seguintes categorias: fundador, benfeitor, honorários, contribuinte e outros.

**Art. 7o.** - São direitos dos associados quites com suas obrigações Sociais:

**I** - Votar e ser votado para os cargos eletivos,





674-675

21.346.499/0001-63

21.346.499/0001-63

Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoas Jurídicas

Av. Dr. José Carriegen, 78-A

Cap:39.510-036 Poder Judicial

**ESPINOSA**



5:11 10:23 11:7 12:4

DIAS SILVEIRA

2.º DE TÍTULO



- II - tomar parte nas Assembleias Gerais,  
III - usufruir de todos os serviços prestados pela Associação,  
IV - recorrer de qualquer decisão da diretoria executiva,  
V - utilizar as instalações da AMES, que posto á sua disposição,  
IV - comparecer ás reuniões da Assembleias da AMES e apresentar proposição e/ou solicitar medidas e indicações.

**Art. 8o - São deveres dos Sócios:**

- I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais,  
II - acatar as decisões da Diretoria e da Assembleia Geral,  
III- colaborar com as iniciativas da Entidades,  
IV - pagar com pontualidade as contribuições estabelecidas pela Diretoria, quando for sócio contribuinte,  
V - exercer os cargos para os quais forem eleitos, salvo nos casos de impedimento justificados,

**Art. 9o - Os socios não respondem, nem subsidiariamente pelos encargos da instituição.**

### **C A P I T U L O    I I I**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 10o - A Associação das Mulheres Espinosenses - AMES, será administrada por:**

- I - Assembleia Geral,  
II - Diretoria,  
III- Conselho Fiscal.

**Art. 11o - A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos socios em pleno gozo de seus direitos estatutarios.**

**Art. 12o. - Compete a Assembleia Geral:**

- I - eleger a Diretoria e Conselho Fiscal,  
II - decidir sobre reformas do estatuto,  
III - decidir sobre a extinção da entidade nos termos do art. 30o.  
IV - decidir sobre a conviniencia de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais,  
V - aprovar o Regimento Interno,  
VI - cassar os mandatos dos eleitos, nos termos da alinea I, mediante processo regular, instaurado por deliberação da maioria dos seus membros.

**Art. 13o. - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para:**





21.346.499/0001-63  
Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoas Jurídicas  
Av. Dr. José Gonçalves, 78-A  
Cap: 39.510-000  
ESPINOSA - RJ



- I - apreciar o relatório anual da diretoria,  
II - discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal.

**Art. 14o.** - A Assembleia Geral realizar-se-a ,  
extraordinariamente, quando convocada:

- I - pela Diretoria,  
II - pelo Conselho Fiscal,  
III- pör requerimento de 2/3 (dois terços) dos socios quites com as obrigações sociais.

**Art. 15o.** - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência de 10 (dez) dias.

**PARAGRAFO UNICO** - Qualquer assembleia instalar-se-a em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número.

**Art. 16** - A Diretoria será constituída por um presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros.

**PARAGRAFO UNICO** : O mandato da Diretoria será de 2 (dois) anos, sendo vedada mais de 2 (duas) reeleições consecutivas.

**Art. 17o.** - Compete á Diretoria:

- I - eleborar e executar programa anual de atividade,  
II - eleborar e apresentar, a Assembleia Geral, o relatório anual,  
III - entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum,  
IV - contratar e demitir funcionários.

**Art. 18o.** - A Diretoria reunir-se-a no minimo uma vez por mês.

**Art. 19o.** - Compete ao Presidente:

- I - representar a AMES, judicial e extra-judicialmente,  
II - cumprir e fazer este estatuto e o Regimento interno,  
III - presidir a Assembleia Geral,  
IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria,  
V - submeter á Assembleia Geral, a lista de Candidatos á constituição da nova Diretoria e promover as respectivas eleições,  
VI - assinar, em conjunto com o tesseoureiro, cheques, assim como qualquer documento que implique em obrigação da AMES, para com terceiros,  
VII - proteger o patrimônio da AMES.



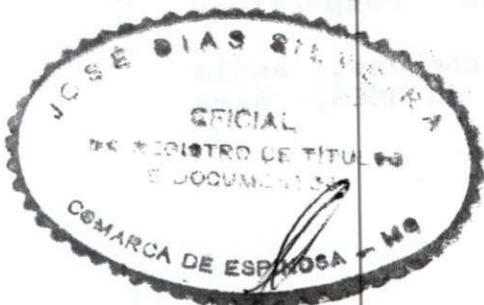
21.346.499/0001-63

Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoas Jurídicas

Av. Dr. José Cangussu, 75-A

Cep: 39.510-000

ESPINOSA - MG



**Art. 20o. - Compete ao Vice-Presidente:**

- I - Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos,
- II - assumir o mandato em caso de vacância até o seu término,
- III- prestar, de modo geral a sua colaboração ao presidente.

**Art. 21o. - Compete ao Primeiro Secretário:**

- I - secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as atas,
- II - publicar todas as notícias das atividades da entidade,
- III - encarregar-se da correspondência e arquivos da AMES e promover o expediente da Diretoria,
- IV - ler o expediente das reuniões da Diretoria,
- V - organizar o relatório anual.

**Art. 22o. - Compete ao 2o. Secretário:**

- I - substituir o primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos,
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término,
- III - Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário.

**Art. 23o. - Compete ao primeiro tesoureiro:**

- I - apresentar e contabilizar as contribuições dos sócios, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração,
- II - pagar as contas autorizadas pelo Presidente,
- III- apresentar relatório de receita e despesas, sempre que forem solicitadas,
- IV - apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral,
- V - apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal,
- VI - conservar sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria,
- VII - manter todo numerário em estabelecimento de crédito,
- VIII- proceder à cobrança das contribuições e zelar pelo patrimônio da AMES,
- IX - assinar cheques juntamente com o presidente.

**Art. 24o. - Compete ao 2o. tesoureiro:**

- I - substituir o primeiro tesoureiro em suas faltas e impedimentos,
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término,
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro tesoureiro,

**Art. 25o. - O Conselho Fiscal será constituído por 3 (treis) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral**





21.346.499/0001-63

Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoas Jurídicas

Av. Dr. José Canguçu, 78-A

Cap: 39.510-000

ESPINOSA - MS





& 1o. - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da diretoria,

& 2o. - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

**Art. 26o** - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os livros de escrituração da entidade,
- II - examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito,
- III - apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório da Diretoria,
- IV - opinar sobre aquisição e alienação de bens,

**PARAGRAFO UNICO** - O Conselho Fiscal reunir-se-a ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente sempre que necessário.

**Art. 27o.** - As atividades dos Diretores e conselheiros, bem como as dos sócios, serão destituídas de remunerações, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

#### **C A P I T U L O    I V**

=====

#### **DO PATRIMONIO**

=====

**Art. 28o.** - O patrimônio da AMES será constituído de bens moveis, imoveis, saldos em depósito bancário, título e valores incorporados ao patrimônio.

& 1o. - Os bens serão oriundos de contribuições dos associados, donativos, doações de entidade pública ou privada, arrecadações por serviços prestados, produto resultante da venda de bens gerados pelo trabalho dos sócios e outras rendas eventuais, sendo a sua totalidade destinada ao atendimento gratuito,

& 2o. - Os bens pederão ser provenientes de subvenções nacionais e ou internacionais.

**Art. 29o.** - No caso de dissolução da instituição, o bens remanescente serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registado no conselho Nacional de Serviços Social.



21.346.499/0001-63

Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoas Jurídicas

Av. Dr. José Canguçu, 70-A

Cep: 39.510-000

ESPINOSA - MG



**CAPITULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**Art. 30o.** - A ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES ESPINOSENSES-AMES. será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

**Art. 31o.** - O presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data do seu registro em cartório.

**Art. 32o.** - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Espinosa-MG., 15 de março de 1997

*Assinatura manuscrita do Presidente*

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Cartório do 2º Ofício de Notas

11346499/0001-63

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Praça Antônio Gonçalves, 25  
CEP 30510

ESPINOSA - MG.

*Assinatura manuscrita de José Dias Silva*  
José Dias Silva

24 de março de 97

1º testemunho

TAB. 122



Ret: 1.455, Fb: 35, Rp: n=1.  
COMARCA DE ESPINOSA - MINAS GERAIS

Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Registrado sob o n. 164 no "A-3" folhas 93v: a 96.

Espinosa, 24 de março de 1997.

*Assinatura manuscrita do Oficial*

OFICIAL



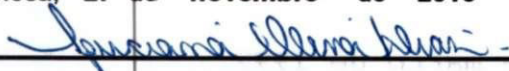


COMARCA DE ESPINOSA – MINAS GERAIS  
Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas

**CERTIDÃO**

Certifico que a 1ª via do presente documento foi arquivada nesta Serventia em **24/março/1997**, conforme registro nº. **164 fls. 93v/96** do livro **A-3**, constando à margem do mesmo quatro averbações.

Espinosa, **27 de novembro de 2013**



**Oficiala**

21.346.499/0001-63

Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoas Jurídicas

Av. Dr. José Cangussu, 78-A

Cep: 39.510-000

ESPINOSA - MG

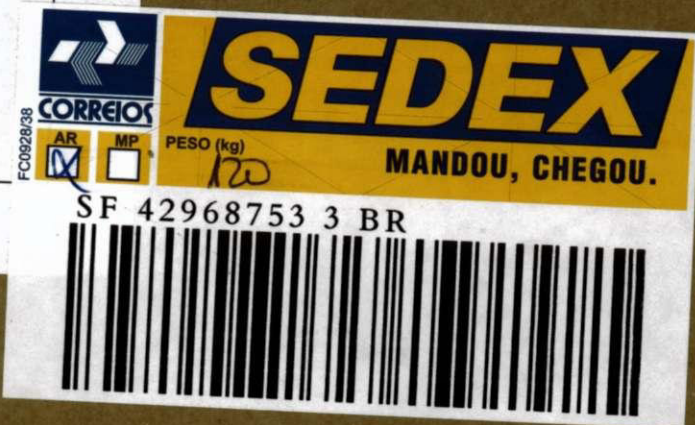


AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELÉTRICA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMU-  
NICADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR  
70044-900 BRASÍLIA – DF



TRÔNICA  
ITÁRIA

AR





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.



19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS					
				SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.					
1.1.		O requerimento é tempestivo?				



2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

---



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

---

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Serviço de Acompanhamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

**NOTA INFORMATIVA Nº 4133/2019/SEI-MCTIC**Processo: **01250.056622/2019-21.**Documentos de Referência: **Requerimento nº 989, de 2019 e Memorando nº 13571/2019/MCTIC.**Interessado: **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT / Senado Federal.**Assunto: **INFORMAÇÕES SOBRE VÍNCULO EM PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA E DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA NA ÁREA ATENDIDA.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A Assessoria de Assuntos Parlamentares, por meio do Memorando nº 13571/2019/MCTIC (4813123), encaminhou à Secretaria de Radiodifusão, e posteriormente a este Departamento, o Requerimento nº 989, de 2019 (4813121), oriundo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por meio do qual solicitou, em síntese, confirmação de inexistência de vínculo e declaração de que os dirigentes residem na área da comunidade atendida, referente à **Associação das Mulheres Espinosenses**, outorgada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Espinosa, estado de Minas Gerais.
2. O prazo para encaminhar resposta é até o dia 26/11/2019, de acordo com o E-mail CGRC 4829206.

---

**INFORMAÇÕES**

3. Sobre o assunto, informamos o que se segue:

3.1. Por meio da Portaria nº 3640, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25/8/2015, renovou-se a outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária da Associação das Mulheres Espinosenses, na localidade de Espinosa, estado de Minas Gerais.

3.2 Naquela época, a diretoria em exercício havia sido eleita em 18/4/2014 para o mandato de quatro anos (até 18/4/2018) e não possuía impedimentos que inviabilizassem o deferimento da renovação da outorga, como vínculo, por exemplo.

3.3 Assim, uma vez que o processo estava corretamente instruído, os autos foram remetidos à apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada da Consultoria Jurídica deste Órgão, nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, de 19/6/2015 (4867107).

3.4 Como os autos estavam corretamente instruídos, o Senhor Ministro de Estado das Comunicações assinou a mencionada Portaria nº 3640. Ressalta-se que, uma vez observadas todas as formalidades legais à época da expedição, a Portaria é um ato jurídico perfeito.

3.5 Dito isso, como já informado, o mandato da diretoria analisada à época da expedição da Portaria de renovação está vencido desde 18/4/2018.

3.6 Embora isso não constitua óbice para o prosseguimento normal da renovação da outorga na Casa Legislativa, instaurou-se o processo nº 01250.059672/2019-61, por meio do qual se solicitou à Radiodifusora que encaminhe a Ata de eleição da diretoria em exercício, acompanhada dos documentos dos dirigentes, bem como do novo Anexo 7 da Portaria nº 1909, de 05/4/2018 que alterou a Portaria nº 4334/2015, onde contém declaração de que os dirigentes residem dentro da área pretendida para prestação do serviço.

3.7 Por fim, esclarece-se que, mesmo que seja constatado vínculo político relativo à nova diretoria, isso não impede o prosseguimento da renovação no Congresso Nacional, pois o assunto não estaria mais relacionado à renovação, e sim, à pós-outorga, porquanto a Portaria de renovação da outorga encerra o processo de renovação no âmbito desta Pasta.

3.8 Neste caso, verificado vínculo, os autos serão remetidos à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas (CGFI) para apuração de infração e, caso confirmado, submeterá a Radiodifusora à sanção de multa, nos termos do art. 40, VI do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, ou à revogação da autorização, se houver reincidência, conforme art. 38, inciso III do mesmo Decreto.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações sugere-se a restituição do processo à área responsável, com os subsídios para a elaboração de resposta à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

5. Sugere-se, ainda, o **envio do documento anexo**, juntamente com a resposta.

À Consideração Superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista Técnico-Administrativo**, em 21/11/2019, às 13:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/11/2019, às 11:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 22/11/2019, às 11:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 22/11/2019, às 19:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4867109** e o código CRC **79FEF56E**.

## Minutas e Anexos

Parecer Jurídico nº 475/2015/SEI-MC (4867107).

Referência: Processo nº 01250.056622/2019-21

SEI nº 4867109

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Serviço de Acompanhamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

**NOTA INFORMATIVA Nº 810/2020/SEI-MCTIC**Processo: **01250.056622/2019-21.**Documento de Referência: **Requerimento nº 989, de 2019 e Memorando nº 13571/2019/MCTIC.**Interessada: **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT / Senado Federal.**Assunto: **INFORMAÇÕES SOBRE VÍNCULO EM PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA E DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA NA ÁREA ATENDIDA.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A Assessoria de Assuntos Parlamentares, por meio do Memorando nº 13571/2019/MCTIC (4813123), encaminhou à Secretaria de Radiodifusão, e posteriormente a este Departamento, o Requerimento nº 989, de 2019 (4813121), oriundo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por meio do qual solicitou, em síntese, confirmação de inexistência de vínculo e declaração de que os dirigentes residem na área da comunidade atendida, referente à **Associação das Mulheres Espinosenses**, outorgada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Espinosa, estado de Minas Gerais.
2. O novo prazo para encaminhar resposta é até o dia 03/3/2020, de acordo com o Despacho GDCEF 5218541.

---

**INFORMAÇÕES**

3. Reitera-se os termos da Nota Informativa nº 4133/2019/SEI-MCTIC (4867109), que esclarece:
  - 3.1. Por meio da Portaria nº 3640, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25/8/2015, renovou-se a outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária da Associação das Mulheres Espinosenses, na localidade de Espinosa, estado de Minas Gerais.
  - 3.2 Naquela época, a diretoria em exercício havia sido eleita em 18/4/2014 para o mandato de quatro anos (até 18/4/2018) e não possuía impedimentos que inviabilizassem o deferimento da renovação da outorga, como vínculo, por exemplo.
  - 3.3 Assim, uma vez que o processo estava corretamente instruído, os autos foram remetidos à apreciação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, com dispensa de análise individualizada da Consultoria Jurídica deste Órgão, nos termos do Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, de 19/6/2015 (4867107).

3.4 Como os autos estavam corretamente instruídos, o Senhor Ministro de Estado das Comunicações assinou a mencionada Portaria nº 3640. Ressalta-se que, uma vez observadas todas as formalidades legais à época da expedição, a Portaria é um ato jurídico perfeito.

3.5 Dito isso, como já informado, o mandato da diretoria analisada à época da expedição da Portaria de renovação está vencido desde 18/4/2018.

3.6 Embora isso não constitua óbice para o prosseguimento normal da renovação da outorga na Casa Legislativa, instaurou-se o processo nº 01250.059672/2019-61, por meio do qual se solicitou à Radiodifusora que encaminhe a Ata de eleição da diretoria em exercício, acompanhada dos documentos dos dirigentes, bem como do novo Anexo 7 da Portaria nº 1909, de 05/4/2018 que alterou a Portaria nº 4334/2015, onde contém declaração de que os dirigentes residem dentro da área pretendida para prestação do serviço.

3.7 Por fim, esclarece-se que, mesmo que seja constatado vínculo político relativo à nova diretoria, isso não impede o prosseguimento da renovação no Congresso Nacional, pois o assunto não estaria mais relacionado à renovação, e sim, à pós-outorga, porquanto a Portaria de renovação da outorga encerra o processo de renovação no âmbito desta Pasta.

3.8 Neste caso, verificado vínculo, os autos serão remetidos à Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas (CGFI) para apuração de infração e, caso confirmado, submeterá a Radiodifusora à sanção de multa, nos termos do art. 40, VI do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, ou à revogação da autorização, se houver reincidência, conforme art. 38, inciso III do mesmo Decreto.

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações sugere-se a restituição do processo à área responsável, com os subsídios para a elaboração de resposta à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

5. Sugere-se, ainda, o **envio do documento anexo**, juntamente com a resposta.

À Consideração Superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista Técnico-Administrativo**, em 02/03/2020, às 16:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/03/2020, às 14:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 03/03/2020, às 18:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de**





**Radiodifusão**, em 03/03/2020, às 18:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5223074** e o código CRC **F89EF871**.

## Minutas e Anexos

Parecer Jurídico nº 475/2015/SEI-MC (4867107).

**Referência:** Processo nº 01250.056622/2019-21

SEI nº 5223074

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**NOTA INFORMATIVA Nº 1027/2020/SEI-MCTIC**

Nº do Processo: **01250.056622/2019-21**

Documento de Referência: **Requerimento nº 989, de 2019 e Memorando nº 13571/2019/MCTIC.**

Interessado: **Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT / Senado Federal.**

Assunto: **INFORMAÇÕES SOBRE VÍNCULO EM PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA E DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA NA ÁREA ATENDIDA.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. A Assessoria de Assuntos Parlamentares, por meio do Memorando nº 13571/2019/MCTIC (4813123), encaminhou à Secretaria de Radiodifusão, e posteriormente a este Departamento, o Requerimento nº 989, de 2019 (4813121), oriundo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, por meio do qual solicitou, em síntese, confirmação de inexistência de vínculo e declaração de que os dirigentes residem na área da comunidade atendida, referente à **Associação das Mulheres Espinosenses**, outorgada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Espinosa, estado de Minas Gerais.

---

**INFORMAÇÕES**

2. Sobre o assunto, informamos o que se segue:

2.1. A verificação da inexistência de vínculos em entidades prestadoras de serviço de radiodifusão comunitária é realizada mediante a consulta a sítios públicos, como Tribunal Superior Eleitoral e Receita Federal do Brasil, além da conferência da documentação apresentada pela entidade. Outras espécies de vínculo que não podem ser observadas mediante conferência documental são apuradas, caso a caso, mediante ação de fiscalização ou em decorrência de denúncia.

2.2. No caso da entidade **Associação das Mulheres Espinosenses**, as verificações realizadas por este Ministério não apontaram a existência de vínculo, nos termos do art. 11 da Lei 9612, de 19/02/1998 e os endereços dos dirigentes, informados no Processo nº 01250.059672/2019-61, pertencem à localidade de Espinosa.

---

**CONCLUSÃO**

3. Com base nessas informações sugere-se a restituição do processo à área responsável, com os subsídios para a elaboração de resposta à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

À consideração superior.

Brasília, 19 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 20/03/2020, às 14:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 20/03/2020, às 14:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2020, às 15:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 20/03/2020, às 16:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5301370** e o código CRC **29748F3C**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.056622/2019-21

SEI nº 5301370